ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 557
30 de Agosto de 1984

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

FALTAM OITO DIAS PARA A FESTA

QUANTO MAIS FORTE FOR O PCP MAIS FORTE SERÁ A DEMOCRACIA

• Discurso de António Gervásio em Avis

Págs. centrais

Para um dossier **PAZ**

A EUROPA E O BELICISMO DOS EUA

Pág. 7

LISNAVE GOVERNO E MELLOS JOGAM NA «INVIABILIZAÇÃO»

Págs. cent.

AINDA O ENCONTRO ENTRE A. CUNHAL E T. JIVKOV

A imprensa búlgara dispensou grande destaque ao encontro realizado no passado dia 11, entre Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Todor Jivkov, secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, nomeadamente o **Rabotnichesko Delo,** órgão central do PCB, cuja primeira página da edição do dia 12, noticiando o encontro, junto reproduzimos.

Conforme na altura noticiámos, os dois dirigentes manifestaram um alto apreço pelas relações de fraterna amizade e solidariedade existentes entre o PCB e o PCP e confirmaram a vontade de no futuro as desenvolver e aprofundar na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário – no interesse da amizade entre os povos búlgaro e português e do desenvolvimento das relações entre a Búlgária e Portugal.

AMIZADE PCP-PARTIDO FRELIMO

O secretário-geral do PCP foi convidado pelo presidente Samora Machel a visitar Moçambique, no quadro das relações de amizade existentes entre o PCP e o Partido Frelimo. O convite a Álvaro Cunhal, já divulgado na imprensa portuguesa através de um telegrama da agência moçambicana AIM, foi formulado no decorrer de um encontro entre os dois dirigentes realizado em Varna, na Bulgária.

SEMANA

22
Quarta-feira

É publicada no «Diário da República» a decisão do Conselho de Ministros de desintervencionar a empresa do «Jornal do Comércio», justificada por «inexistência de condições de viabilização», apreciação que contrasta com as conclusões a que tinham chegado recentemente os principais credores da empresa ■ Segundo um relatório divulgado em Bruxelas pela Comissão Europeia, a crise social na CEE «alastra como uma mancha de óleo» ■ Os 2235 delegados à convenção do Partido Republicano dos EUA, em Dallas, no Texas, aprovam em tempo recorde e sem qualquer discussão um programa eleitoral unanimemente classificado pelos correspondentes como ultra-reaccionário ■ Vários órgãos de Informação de países árabes acusam os EUA de serem responsáveis pela colocação de minas nas águas do canal de Suez e do Mar Vermelho.

23
Quinta-feira

CGTP-IN tem direito a resposta

Segundo decisão do Conselho de Comunicação Social, a RTP terá de emitir a resposta da CGTP-IN aos ataques que lhe foram feitos por Mário Soares em 31 de Maio, considerando procedente o recurso da central sindical do despacho da RTP em que era recusado o direito de resposta às afirmações do Primeiro-Ministro ■ O inquérito trimestral ao emprego do Ministério do Trabalho confirma que mais de 66% das admissões nas empresas, no primeiro trimestre deste ano, foram constituídas por contratos a prazo; o volume de emprego, no mesmo período, sofreu uma quebra de 1,1% e as admissões efectivas representaram apenas 14,3% do total ■ A Associação Nacional de Farmácias anuncia que suspenderá a venda a crédito, entre 1 e 15 de Setembro próximo, dos medicamentos comparticipados pelos Serviços Médico-Sociais em 35% e 50%; explicação: o Governo não paga as dívidas ■ O ministério da Defesa da RFA recusa uma proposta dos EUA para minar as suas fronteiras com os países socialistas, instalando uma tubagem com explosivo líquido ■ Manifestações de protesto e denúncia do carácter reaccionário e belicista do programa de reeleição de Ronald Reagan ocorrem em Nova Iorque, Washington e Dallas, onde amanhã termina a Convenção do Partido Republicano ■ Segundo o semanário britânico «New Statesman», a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher estava «disposta a manter uma guerra total com a Argentina» encarando a hipótese de um ataque nuclear à cidade de Córdova

24
Sexta-feira

A «dupla» cavernícola

Segundo uma síntese do Relatório do Banco de Portugal divulgada pela Anop, os salários reais baixaram mais de 5% no ano passado enquanto os preços no consumidor subiram 33,9%; a taxa de desemprego, no terceiro trimestre de 1983, situava-se em 10,8% ■ Comentando a convenção do Partido Republicano dos EUA que terminou em Dallas com a esperada indigitação da dupla Reagan-Bush à candidatura para as próximas eleições presidenciais de Novembro, o jornal soviético «Pravda» considera-a «a coroação do militarismo», com um programa que é «a descarada defesa da continuação da orientação militarista que caracterizou o mandato anterior, com orçamentos militares sem precedentes na história dos EUA ■ A política de Pinochet mata nove pessoas em operações realizadas em cinco cidades chilenas, incluindo a capital, segundo dados da Igreja católica e da própria polícia, que acrescentam que mais uma centena de pessoas foram recentemente mortas no Chile em operações semelhantes.

25
Sábado

A morte alastra no Chile

Comea o campeonato nacional de futebol da primeira divisão com três jogos antecipados ■ É inaugurado o parque desportivo municipal de Grândola, obra da inteira responsabilidade da Câmara e que nesta primeira fase envolveu gastos na ordem dos 40 000 contos ■ A polícia chilena abate a tiro um civil na ciade de Valdívia, elevando para dez o número de vítimas mortais da repressão fascista num período de 24 horas ■ O ministério da Defesa da RFA manifesta-se contra a sugestão dos EUA de minar as fronteiras deste país com líquido explosivo, considerando-a «absurda»; as fronteiras, evidentemente, da RFA com a RDA e a Checoslováquia, «para evitar ataques de tanques» ■ Morre, com 59 anos, o escritor norte-americano Truman Capote.

26
Domingo

A agência moçambicana AIM informa que o presidente Samora Machel convidou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, a visitar a República Popular de Moçambique, durante um encontro em Varna, na Bulgária ■ O ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, confirma que a nova legislação laboral em preparação alargará os despedimentos por justa causa e simplificará o «processo burocrático» de despedimento nas empresas ■ Quarenta e oito pessoas condenadas a penas de prisão em Marrocos na sequência dos acontecimentos de Janeiro último, iniciaram uma greve da fome a 4 de Julho para fazerem valer os seus direitos, segundo afirmam as famílias dos presos, os quais reclamam «o direito ao ensino, de que foram privados este ano, o direito às visitas dos familiares e o direito à informação».

27
Segunda-feira

Confirmando a denúncia feita pela CT da Lisnave na passada sexta-feira de que a administração empresa se preparava para utilizar os salários em atraso para pressionar o Governo, esta surge agora a solicitar um apoio de emergência até ao final de 1984 no valor de um milhão de contos; recorde-se que a Lisnave encontra-se entre as 64 empresas consideradas «eventualmente inviáveis» pelo Governo ■ O Conselho de Segurança da ONU inicia as consultas sobre a queixa apresentada pelo Líbano contra Israel a propósito das tentativas deste país para anexar o sul do território libanês ■ O «Jornal de Angola» acusa mercenários e especialistas israelitas de participação nas acções da UNITA em território angolano.

28
Terça-feira

A CGTP-IN considera que os projectos governamentais de revisão das leis laborais são antidemocráticas e de retrocesso social, pelo que os regista no essencial, concordando embora com certas melhoras pontuais ■ O Governo autoriza a instalação em Portugal da banca privada e concede autorização de «residência temporária» ao nazi Trifa ■ Mais de 28 mil hectares de terras são distribuídas entre os camponeses do litoral atlântico da Nicarágua em conformidade com a reforma agrária realizada neste país ■ Efectua-se a segunda fase da farsa eleitoral montada pelos racistas de Pretória relativa à eleição de uma câmara mestiça e outra indiana no parlamento; a eleição para a Câmara mestiça, realizada a semana passada caracterizou-se pela abstenção massiva.

Editorial

URGE UMA VIRAGEM NA POLÍTICA NACIONAL

A verificação não é original. Ocorreu simultaneamente em áreas políticas antagónicas o que não deixa de ser significativo: o Governo Soares/Mota Pinto, depois de ter vindo passar férias a Portugal, reuniu e tomou uma série de decisões desastrosas e já está mais uma vez em jeitos de abalada.

Uma caterva de ministros — oito, segundo consta — vão nos próximos dias sair de novo do País, retomar as viajatas pelas sete partidas do mundo, pavonear-se em recepções internacionais de «alto nível».

E como vem sendo hábito, nesta nova tentativa de «arrancada» para a reconstituição do poder dos monopólios, a «alta sociedade» multiplica as festanças mundanas, exibe a ostentação do antigamente.

Na onda de «austeridade» que atinge em pleno os trabalhadores e os restantes portugueses de rendimentos fixos — todos os que nas áreas da agricultura, do comércio, da indústria, da actividade intelectual se situam na modéstia de recursos — continua o regabofe dos bem-instalados e a dissipação do erário público por aqueles mesmos de quem deveria exigir-se o exemplo de moderação e rigor nos gastos.

Simultaneamente, com implacável lógica de classe, o Governo PS/PSD ultima os preparativos de uma nova fase da «guerra social» contra os trabalhadores, de uma nova ofensiva contra a garantia do emprego e o direito ao salário justo de quem trabalha; intensifica os conhecidos planos de «reestruturação» da economia, apontados ao desmantelamento do sector público e nacionalizado — anuncia-se a constituição imediata de três bancos privados — e à entrega das empresas mais rendíveis ao capital privado, à destruição da Reforma Agrária e à reconstituição plena dos latifúndios. O Governo obedece «cordeiramente» aos ditames dos círculos monopolistas e das multinacionais, da CIP, da CAP da CCP e de outros «clubes» do alto patronato.

Comprova-se cada dia mais que a deterioração moral é uma componente inseparável da política de desastre e de recuperação capitalista da clique governante.

Operações financeiras que tresandam a corrupção e a fraude, envolvendo milhões de contos, efectuam-se na penumbra de gabinetes ministeriais (como o caso ainda não esclarecido do secretário de Estado do Trabalho); gastos sumptuários em detrimento de despesas essenciais continuam sendo prática corrente do Ministério de Mário Soares.

Este Governo itinerante acaba de comprar aos Estados Unidos três aviões «Falcon» para uso próprio, no montante superior a um milhão de contos.

O ministro Seabra não reforçou, como era sua obrigação, a verba de 156 000 contos destinada ao pagamento de vencimentos e salários de professores e auxiliares da Faculdade de Letras para além do quadro — de que, aliás, já foram gastos mais de 106 000 contos — e dentro de um mês não haverá dinheiro para os docentes e outros trabalhadores do maior estabelecimento universitário do País, onde estudam actualmente mais de 7000 alunos.

Mas o mesmo ministro Seabra concedeu, entretanto, a uma universidade privada — a Universidade Católica — uma verba cinco vezes superior às despesas orçamentadas em 1984 para a Faculdade de Letras...

Os exemplos poderiam multiplicar-se. São simples apontamentos e o «Avante!» não se propõe propriamente fazer aqui o registo exaustivo das imoralidades e mazelas do Governo e dos seus ministros.

Ameaças mais graves afloram no processo subversivo da contra-revolução e reclamam vigilância e resposta pronta e firme dos trabalhadores e do povo.

As medidas laborais já anunciadas pelo Governo, neste fim de férias — em que centenas de milhares de trabalhadores não tiveram salários, quanto mais férias —, representariam, se o povo português o consentisse, uma sensível intensificação da guerra social desencadeada contra o mundo do trabalho pelos fiéis executores da política de recuperação capitalista entrincheirados no Governo.

Com base num inquérito junto de 350 empresas, em que os trabalhadores e os seus órgãos representativos nem foram sequer ouvidos — e que são uma parte e não o número total das empresas naquelas condições, como pretende o Governo — 64 delas, com um efectivo de cerca de 12 000 operários e um montante de salários em atraso, segundo os próprios números oficiais, superior a 1,3 milhões de contos —, foram seleccionadas e condenadas ao eventual encerramento e falência.

Destas 64 empresas, algumas de grande dimensão e evoluída tecnologia, onde os trabalhadores têm travado duras lutas pela defesa dos seus postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, como a Lisnave, a Parry & Son, a CIFA, a Econave (todas objecto da gula directa dos Mellos da antiga CUF ou que já lhe estão no papo), assim como a Gelmar, a MDF, a Messa, a Fábrica de Loiça de Sacavém e outras — 25 estão já encerradas e todas as 64 sob a ameaça directa de fechar e falir pelo Governo Soares/Mota Pinto.

O ministro do Trabalho fala mesmo em activar os processos de falência com o ridículo pretexto de ser aproveitada no máximo a massa falida. Trata-se ainda, no seu dizer, de um passo necessário de «redimensionamento» das referidas empresas e de uma nova gestão, medidas visivelmente integradas no processo de reprivatização dos sectores básicos e nacionalizados da nossa economia, objectivo confessado do Governo PS/PSD.

O famigerado PRFE concebido pelo «ministro dos monopólios», Ernâni Lopes, e já conhecido nas suas linhas gerais, começa a ser aplicado antes mesmo de ser discutido.

Contudo, a operação mais perigosa e ameaçadora desta nova fase da guerra social contra os trabalhadores movida pelo Governo Soares/Mota Pinto é a que se projecta de imediato no âmbito da legislação do trabalho.

O novo «pacote laboral», melhor dito «antilaboral», anunciado pelo ministro Amândio de Azevedo, é o mais grave atentado contra a segurança e a estabilidade no mercado do trabalho, um autêntico golpe para a destruição das barreiras legais e constitucionais da garantia de emprego e do direito ao trabalho.

No regresso das visitas ao Norte e dos contactos com o grande patronato nortenho, o ministro referiu algumas das características gerais do programa governamental de revisão das leis laborais que vai ser submetido no próximo mês ao chamado «conselho de concertação social», verdadeira «câmara corporativa» dos novos tempos, na qual os amarelos da UGT representam o vergonhoso papel de «opositores» de fachada para cobrir um servilismo de facto diante da ofensiva patronal.

Maior «flexibilização da cessação dos contratos dos trabalhadores que violem gravemente os seus deveres» — chama o ministro à eliminação prática das disposições legais actuais da «justa causa» para os despedimentos em massa dos trabalhadores que não aceitem passivamente a canga das explorações agravada do grande capital que enforma a revisão anunciada da legislação laboral.

Todo um sistema de despedimentos em massa e de prática neutralização e eliminação da lei da greve se completa nos novos dispositivos ditos «legais» que o Governo pretende impor aos trabalhadores.

Neste sinistro sistema, a generalização dos contratos a prazo desempenha uma função acessória de extrema gravidade. Segundo os números oficiais só no 1.º trimestre de 1984 mais de 66% das admissões de trabalhadores foram efectuadas sob a forma «contratos a prazo», o que os põe à mercê do completo arbítrio patronal como candidatos ao desemprego.

Em alguns sectores a percentagem dos contratos a prazo nas admissões é impressionante: 93,9% na indústria da borracha, 89,9% na construção civil, 84,7% na indústria da madeira, etc.

São «benefícios» deste tipo os que o Governo Soares/Mota Pinto reserva aos trabalhadores neste regresso de férias – são estes os seus planos para dar resposta aos agudos problemas e tensões do mundo do trabalho.

A intensificação da luta activa, organizada e firme, contra esta política antilaboral é uma exigência vital e uma tarefa imediata do movimento operário e popular.

Esta luta é, por outro lado, uma componente necessária e fundamental de uma outra de âmbito mais vasto no terreno político para correr com o Governo Soares/Mota Pinto, para mudar de política, para viabilizar uma alternativa democrática.

No regresso de férias o povo português, todos os democratas e patriotas, vão ficar diante de uma aguda situação política que a todos coloca decisivas e inadiáveis tarefas.

A ameaça totalitária contra o regime democrático e o 25 de Abril vai tornar-se mais precisa nos projectos imediatos da coligação governante e dos círculos do grande capital monopolista português e estrangeiro que sustentam Mário Soares e o Governo PS/PSD.

A tentativa de impor a lei fascista de segurança interna vai prosseguir, as graves ameaças à democracia política continuarão a pesar sobre os portugueses.

Mas se é verdade que esta ameaça cresce e se torna dia a dia mais perigosa é também uma verdade incontroversa que as condições são favoráveis para lhe pôr cobro e para correr com o actual Governo, para impor uma decidida viragem na política nacional.

Intensificar o diálogo democrático, encontrar formas comuns ou convergentes de acção, unir esforços e vontades para além de divergências secundárias é uma inadiável exigência do momento actual.

O debate político impõe-se para avançar, para dar resposta imediata, política e institucionalmente adequada, ao desafio que é feito à democracia e ao 25 de Abril pela política de direita do Governo Soares/Mota Pinto.

A hora das decisões aproxima-se.

Protelá-la para além do seu tempo político poderia comprometer seriamente as excepcionais possibilidades existentes de viabilizar e garantir uma alternativa democrática.

Travar e vencer esta batalha política decisiva está claramente e desde já ao alcance das forças democráticas e patrióticas do País.

A novidade de dois meses de idade

A agência «Notícias de Portugal» (NP) resolveu há dias inundar as redacções com uma novidade de dois meses de idade, a qual, ainda mais prodigiosamente, teve acolhimento em diversos órgãos da Comunicação Social. Trata-se da apresentação pelo Governo na Assembleia da República de uma proposta de lei sobre tutela administrativa das autarquias.

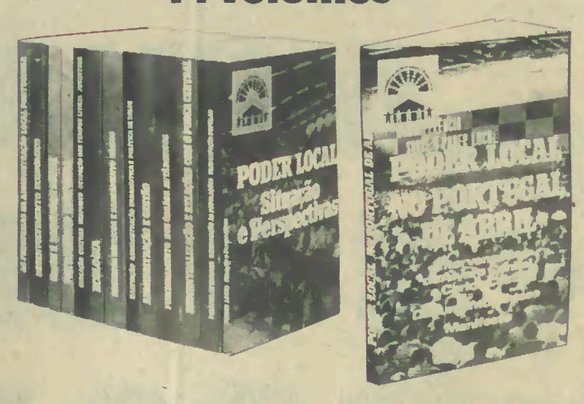
Ora acontece — como bem recordou uma nota da SIP do PCP sobre o assunto — que a referida proposta de lei do Governo PS/PSD (decalcada aliás de uma outra elaborada pelo Ministério de Ângelo Correia) **foi apresentada na Assembleia da República há dois meses**, concretamente a 14 de Junho passado, seguindo-se um primeiro debate a 26 e 27 de Junho, na sequência de um recurso interposto pelo PCP baseado na infracção da constitucionalidade.

Então por que surge agora a «NP» a fabricar uma novidade a partir de uma notícia mumificada? Ocorre-nos a possibilidade de falta de assunto que uma muito inábil criatividade da «NP» haja procurado resolver com esta exumação noticiosa. Só que (há sempre adversativas nestes imbróglios...) parece-nos pouco provável que a incompetência jornalística assim patenteada pela «NP» tenha tantos seguidores na Imprensa em geral. Logo, os motivos desta chachada moram noutro lado...

É que, como também recorda a nota da SIP, «a proposta de lei sobre tutela das autarquias, agora repescada pela "NP" para o centro das atenções da Comunicação Social, tem o mesmo carácter antidemocrático da legislação anteriormente publicada pelo Governo sobre o Poder Local e serve o objectivo global de conferir poderes ditatoriais ao Governo e destruir as realidades fundamentais do regime democrático nacional». Na verdade a proposta de lei sobre tutela, «a ser aprovada, conduziria a uma quase total governamentalização das autarquias, forneceria ao Governo (que nela é arvorado em juiz exclusivo da legalidade) a base jurídica para, de forma arbitrária e incontrolável, exercer actos de retaliação partidária e política contra legítimas tomadas de posição das autarquias».

Torna-se assim clara esta originalidade noticiosa com origem na «NP» e diligente execução em certos órgãos da Comunicação Social. De facto anjinhos é que eles não são: apenas «deontológicos»... e muito atentos à voz do dono...

A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL
editadas as Comunicações finais em 14 volumes



- PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL
- PODER LOCAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS
- POLÍTICA DE UNIDADE INFORMAÇÃO ÀS POPULAÇÕES
- DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL
- FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS
- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
- HABITAÇÃO ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS
- RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO REDE VIÁRIA TRÂNSITO E TRANSPORTES ELECTRIFICAÇÃO
- ECOLOGIA
- EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES, JUVENTUDE
- PATRIMÓNIO CULTURAL
- SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL
- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- AS FREGUESIAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL PORTUGUESA

AUTÊNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS

INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO

Uma grande iniciativa das edições Avante!

Distribuição CDL

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Julho: 41 925

PCP

Quanto mais forte for o PCP mais forte será a democracia

— sublinhou António Gervásio em Avis, num discurso em que analisou a situação política e, particularmente, a Reforma Agrária

A Festa das Colheitas em Avis, acontecimento anualmente aguardado com interesse e expectativa pela população da região, acolheu uma vez mais a presença de numerosos visitantes que ali se deslocaram no último fim-de-semana para assistir a um rico e variado programa.
Espaço de convívio e confraternização, local privilegiado para o debate sobre os grandes problemas de luta e produção que se colocam na zona da Reforma Agrária, a festa deste ano — uma iniciativa da Comissão Concelhia do PCP na sua oitava edição — contou com a presença do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central que interveio no decorrer do comício de encerramento.

Uma vida nova em Avis

Atentamente seguido pelos presentes, António Gervásio começou por se referir ao concelho de Avis, assinalando as enormes diferenças existentes entre a situação presente e o período que antecedeu a Revolução de Abril. «**Antes** — afirmou — **dominavam os agrários e os lacaios do fascismo. Avis era um concelho com as suas freguesias abandonadas, sem água canalizada e sem outras infra-estruturas, um concelho onde os trabalhadores tinham de emigrar para fora da sua terra à procura de pão, um concelho onde reinava o desemprego, miséria e repressão**».

Não eram apenas estes, contudo, os traços que caracterizavam o concelho. Conforme Gervásio sublinhou, o concelho de Avis foi também na ditadura fascista uma «**fortaleza do nosso Partido. As lutas aqui travadas pelo pão, pelo trabalho, pela liberdade contra o fascismo podemos contá-las por centenas na imprensa clandestina do Partido**».

E agora, passados que são dez anos sobre o 25 de Abril, que transformações se operaram em Avis? «**Hoje, Avis é uma fortaleza ainda muito maior do PCP! A influência do Partido vem crescendo de eleição para eleição. Hoje o PCP/APU tem a maioria absoluta em todos os órgãos do Poder Local democrático do concelho**».

E prossegue: «**O concelho de Avis foi um dos concelhos do Alentejo e do Sul onde se deram as transformações mais profundas, onde a Reforma Agrária avançou mais e criou uma vida nova. Nunca o concelho de Avis tinha visto creches e parques para crianças, centros de dia para a Terceira Idade, refeitórios para velhotes sem recursos comerem gratuitamente. Nunca o concelho de Avis tinha visto supermercados, talhos, padarias, confeitarias, centros de convívio, oficinas mecânicas, cooperativas de comercialização e outras estruturas económicas e sociais criadas pelas UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária. Nunca o concelho de Avis tinha conhecido a abolição da exploração do homem pelo homem, porque nas UCP's/Cooperativas não há explorados nem explorados! São colectivos de trabalhadores que dirigem eles próprios a produção. Nestes dez anos floresceu uma vida nova no concelho de Avis**».

As potencialidades da Reforma Agrária

Ora na origem desta vida nova esteve justamente a Reforma Agrária. Sobre esta realidade se deteve o orador, começando por afirmar: «**A Reforma Agrária não deve ser avaliada só por aquilo que já foi e pelas dificuldades que atravessa. A Reforma Agrária deve ser avaliada por aquilo que ainda é, por aquilo que ainda tem, pelas suas imensas potencialidades, pela força que tem na Revolução portuguesa. Não foi uma experiência passageira e conjuntural no nosso país para se apagar. Mais cedo ou mais tarde a Reforma Agrária retomará o caminho que o 25 de Abril abriu. O futuro não é a derrota da Reforma Agrária mas a derrota do latifúndio e o triunfo definitivo da Reforma Agrária em Portugal.**

«**Os inimigos da Revolução não querem engolir a Reforma Agrária.**

Não querem reconhecer a RA porque foi a conquista que mais destruiu as estruturas das classes exploradoras, aquela que foi mais longe, que maior dinamismo criou no processo produtivo e no processo revolucionário, aquela conquista que afastou os latifundiários dos seus domínios, passando-se para as mãos dos trabalhadores. Daí o medo dos exploradores à Reforma Agrária e o seu ódio a esta conquista da Revolução».

Depois de historiar um pouco o percurso da Reforma Agrária após a Revolução dos capitães e de assinalar as profundas transformações que ela introduziu em todos os aspectos da vida nos campos do Sul, António Gervásio referiu-se ao seu significado, salientando que falar da Reforma Agrária é falar «**de pão, de trabalho, de produção, de segurança, de liberdade, de paz. Significa libertar o trabalhador agrícola dos serviços penosos e pesados do campo. Significa o avançar do trabalhador, da mulher, do jovem para a máquina, para o tractor, para a mecanização, para a oficina, escritório, loja, serviços sociais e outras áreas da nova agricultura**».

Fundamentando a sua afirmação o dirigente comunista referiu que «**num curto espaço de tempo as UCPs/Cooperativas criaram novas estruturas económicas e sociais *jamais conhecidas nos campos do Sul ao longo da História de Portugal*». Ao criar mais 50 mil postos de trabalho e 550 UCP's/Cooperativas nos 1 130 000 hectares de terra expropriados aos agrários a Reforma Agrária «aumentou a produção, o parque de máquinas e os efectivos pecuários; alargou a área de regadio, construiu barragens e charcas, instalações, lagares, trouxe novas culturas.**

Ofensiva violenta e ilegal

Analisando já os aspectos resultantes da criminosa ofensiva de sucessivos governos de direita, desde há cerca de oito anos, António Gervásio lembrou que se «**em vez de uma ofensiva que já roubou 657 mil hectares, 24 100 cabeças de gado, 12 210 máquinas e alfaias, destruiu 195 Cooperativas, destruiu 52 mil postos de trabalho, roubou 18 milhões de contos em investimentos, frutos pendentes, cortiça, gados, etc., que tem espancado e morto trabalhadores, se em vez desta política destruidora tivesse havido uma política democrática e nacional, orientada para prestar todo o apoio à Reforma Agrária e às suas cooperativas**», a realidade nos campos do Alentejo e Ribatejo seria hoje bem diferente.

Com efeito, segundo o orador «**as condições de vida teriam melhorado substancialmente, haveria mais creches e outras estruturas sociais e económicas. Haveria mais produção, mais ajuda e cooperação com os agricultores e o Poder Local democrático. Haveria maiores benefícios às populações locais, não haveria desemprego nem terras abandonadas na posse dos agrários**».

Outra é, no entanto, a realidade. Conforme foi sublinhado, com a ofensiva os governos de direita «**trouxeram de novo o desemprego, a emigração, a desertação com as aldeias rurais despovoadas. Voltou de novo a miséria, a fome, as terras abandonadas cheias de mato**».

Mas se a ofensiva prossegue com a continuação das reservas, dos leilões de terras, as penhoras de bens e os roubos, a verdade é que, como chamou a atenção António Gervásio, a luta heróica em defesa da Reforma Agrária também não pára. Foi neste contexto que o orador analisou «**a nova lei agrícola**» que o Governo prepara com vista a devolver toda a terra aos antigos latifundiários e que considerou ir encontrar pela frente a «**luta e a resistência de massas**». Desta batalha não restam dúvidas sobre quem sairá vencedor: «**também outros governos apostaram tudo na destruição da Reforma Agrária, mas eles tombaram e ficaram pelo caminho. Também este vai tombar e ficar pelo caminho, não vai demorar muito, e a Reforma Agrária vencerá!**».

O Governo da contra-revolução

Os diversos aspectos em que se apresenta a actual situação política e social mereceram de seguida a atenção de António Gervásio.

Em sua opinião «**hoje não se pode falar com objectividade da situação política actual do nosso país, apontar medidas concretas para a saída da crise, falar da resolução dos grandes problemas que afectam a vida do povo português e do País, falar da alternativa democrática, sem colocar esta questão vital, central e imediata dos nossos dias: é necessário, é urgente, demitir quanto antes o Governo fascizante Soares/Mota Pinto**».

Isto porque em seu entender, «**não se pode falar hoje da mobilização dos recursos nacionais, do desenvolvimento económico e social do nosso país, marchar para a frente no caminho do progresso e da independência nacional, falar da defesa das liberdades, do Portugal de Abril — sem denunciar implacavelmente o actual Governo da contra-revolução e a sua política ao serviço dos monopólios, dos agrários e do imperialismo, sem exigir a sua demissão imediata e reclamar um governo democrático, uma política democrática que retome o caminho da Reforma Agrária, das nacionalizações, do desenvolvimento, da democracia e da independência nacional que a Revolução de Abril apontou ao povo português**».

Depois de classificar o Governo Soares Mota Pinto como sendo o «**pior Governo depois da queda do fascismo**» e aquele que mais «**degradou as condições de vida dos trabalhadores e do povo**», o dirigente comunista lembrou que no triste rol de proezas do Executivo liderado por Mário Soares se juntou também a «**luz verde**» dada ao grande patronato «**para atrasar o pagamento dos salários (ou não pagar mesmo) durante longos meses a mais de 150 mil trabalhadores**, um dos roubos mais ignóbeis e vergonhosos de que não se conhecem casos parecidos «**nessa Europa da CEE que a direita tanto elogia**».

PS/PSD: Cruzada contra os trabalhadores

Passando em revista a «**cruzada contra os direitos dos trabalhadores**» levada a cabo pelo Governo, António Gervásio prosseguiu a sua intervenção afirmando que «**o patronato sente-se hoje com toda a liberdade para impor formas desumanas de exploração como nos tempos do fascismo. Os contratos a prazo (há já mais de 600 mil no País) vão substituindo cada vez mais os trabalhadores permanentes. O patronato procura manter os trabalhadores sob a ameaça constante da perda do emprego, da perda do pão, para impor formas violentas de exploração e refrear a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de vida.**

«**O actual Governo é aquele que mais pôs de pantanas a pequena e média indústria, comércio e agricultura, bem patente na situação difícil de ruína e falência em que vive. É o Governo que mais tem avançado no caminho da fascização**».

Não se ficam por aqui, todavia, os efeitos negativos para o povo e o País da acção do Governo Soares/Pinto. Nas palavras que de seguida proferiu, o orador resumia o quadro geral em que hoje se vive: «**cada vez o povo come menos carne, peixe, ovos, queijo, fruta, pão, bebe menos leite. Cada vez há mais dificuldades em ter uma casa, em ter assistência médica e medicamentosa. Cada vez é mais difícil conseguir um emprego ou manter aquele que se tem, sobretudo os jovens. Os patrões despedem, encerram empresas e não se encontram outras empresas, não se constroem novas fábricas abertas a novos postos de trabalho. Cada dia cresce mais o número de desempregados (há já mais de 500 mil) e o número daqueles que estão mais meses sem encontrar trabalho**».

Governantes FMIzados

Desmontando em seguida os demagógicos «**planos de recuperação económica**» do Governo, a intervenção refere que enquanto os canais de propaganda falam dessa suposta recuperação a verdade é que o «**País se afunda cada vez mais na crise, a produção nacional cai a pique, o parque de máquinas está cada vez mais velho e desactualizado, a nossa tecnologia está cada dia mais longe da dos países avançados, a nossa pátria está cada vez mais dependente do estrangeiro, os actuais governantes são cada vez mais governantes FMIzados, governantes de uma política estrangeira**».

«**Hoje** — continuou — **a dívida externa do nosso país anda à volta de dois mil e 300 milhões de contos, ou seja, cada português deve ao estrangeiro em média cerca de 225 contos! Só num ano de Governo PS/PSD a dívida externa subiu mais 870 milhões de contos! O custo de vida subiu nos primeiros seis meses de 1984, 32 por cento e o escudo desvalorizou-se desde Junho de 1983 a Junho de 84 mais 48 por cento em relação ao dólar.**

«**Não há nenhuma área da vida política, económica e social do nosso país que não plore com este Governo Soares e Mota Pinto. Eles procuram desarmar os trabalhadores, adormecer a luta, lançando o engano de que os maus tempos estão a passar, que foi necessário apertar o cinto, fazer 'sacrifícios', ter 'compreensão' para 'recuperar a economia' e 'vencer a crise', etc. Agora, dizem eles, vêm aí dias 'melhores' para todos. Que grande mentira! Dias 'melhores' para as famílias das grandes fortunas e dias com sacrifícios para milhões de portugueses**».

Lei pidesca não pode passar

Depois de denunciar o conjunto de diplomas que o Governo tem feito aprovar na Assembleia da República com o intuito de esvaziar o regime democrático, nomeadamente a legislação sobre autarquias, baldios e arrendamento rural, bem como as leis que têm já preparadas (rendas de casa, nova lei agrícola, nova legislação sobre os partidos, nova lei eleitoral) o dirigente do PCP deteve-se sobre a chamada «**Lei de Segurança Interna**».

A este respeito sublinhou que «**esta proposta de lei fere gravemente as liberdades democráticas, é frontalmente anticonstitucional. Dá grandes poderes ao Primeiro-Ministro, ao ministro do Interior, aos juízes, aos governadores civis, aos chefes das forças repressivas. Essa proposta de lei aponta para buscas e prisões sem mandato judicial, escutas telefónicas, violação de correspondência, proibições de comícios, manifestações, reuniões, espectáculos, etc. Aponta para uma nova PIDE e para um Estado repressivo e totalitário. Trata-se de uma ameaça real e não abstrata**».

«**É profundamente chocante** — concluiu ainda — **10 anos depois da Revolução de Abril, da conquista da liberdade, voltar de novo, pela mão de Mário Soares, a pairar a ameaça real da repressão pidesca sobre o povo português!**»

Daí que, para o PCP, segundo afirmou o dirigente comunista, esta «**proposta de lei não poder passar**», constituindo «**tarefa nacional convergir todos os esforços para destruir essa lei tenebrosa (que ainda não está aprovada) que começa a ser discutida na especialidade a partir de 15 de Outubro próximo**».

Governo para a rua

O discurso de Avis incidiu depois sobre a necessidade de inverter rapidamente o curso desta política e de se criar uma alternativa democrática capaz de fazer sair o País da crise com os trabalhadores e o seu Partido.

A este propósito, depois de frisar que «**a estratégia de Soares, Pinto e Lucas está clara como a luz do dia — é o caminho da contra-revolução**», António Gervásio citou palavras recentemente proferidas por Álvaro Cunhal no decorrer de um comício em Sines: «**O povo português não pode esperar pelas eleições presidenciais (marcadas em princípio para fins de 1985) para que então seja demitido o Governo.**

... Adiar para as eleições presidenciais a resolução do problema do Governo seria não preparar a vitória, mas preparar a derrota. O PCP sempre esteve pronto e continua a estar pronto para contribuir, com todos os democratas e patriotas, para tornar possível e viabilizar uma alternativa democrática.

Mas para deixar que prossiga a contra-revolução, para depois de tudo destruído comparticipar no enterro e na oração fúnebre das conquistas de Abril — ninguém conte com o PCP».

Retomando a questão da demissão urgente do Governo, António Gervásio referiu depois que «**não há processos milagrosos para mandar para a rua este Governo do grande capital e do imperialismo. A força motora e decisiva para o fazer é a luta. É a luta dos trabalhadores da cidade e do campo, é a luta das mulheres e jovens, é a luta de todos os sectores democráticos, de toda a população laboriosa do nosso país que vai decidir, inclusive influenciar o funcionamento das instituições democráticas**».

Na opinião dos comunistas torna-se assim um «**imperativo nacional da hora presente**», segundo as próprias palavras de António Gervásio, «**fazer convergir toda a luta do povo português em torno dos seus problemas concretos para o mesmo ponto, para o mesmo objectivo comum: a demissão do Governo Soares/Mota Pinto**».

Alternativa existe

Relativamente à alternativa democrática o orador acentuou estarem «**maduras**» «as condições para substituir este Governo e esta política de desastre, «**sem sobressaltos, por um novo governo com uma política nacional que reponha a legalidade democrática e retome o caminho de Abril**».

«**Contudo** — recordou — **a alternativa democrática, a resolução dos problemas nacionais não podem dispensar o apoio e a participação dos trabalhadores e das suas organizações de classe. Não podem dispensar o apoio e a participação dos agricultores e de todos os sectores democráticos e patrióticos do País contra as forças apostadas na restauração do poder dos monopólios e dos agrários**». Mais: «**uma alternativa democrática não pode dispensar o papel determinante do PCP como maior partido nacional dos trabalhadores, o mais organizado, o mais dinâmico, o mais ligado aos interesses vitais do povo, o mais aguerrido na defesa das conquistas de Abril, aquele que mais conhece os problemas nacionais e mais empenhado está na sua resolução**».

Depois de enumerar algumas das saídas que podem ser utilizadas para tirar o País da grave situação em que se encontra mergulhado, nomeadamente a «**demissão do Governo e a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional ou eleições legislativas antecipadas**» o discurso debruçou-se sobre o eventual aparecimento de novas formações políticas.

Espaço político por preencher

«**Hoje fala-se muito do 'novo partido'**», disse. «**São conhecidas reuniões de democratas que se realizam aqui e além com posições públicas. Se vai haver ou não novos partidos o tempo o dirá. Mas tudo parece indicar que há novas formações partidárias em andamento. A vida deu razão ao PCP e confirma a sua análise objectiva da situação real do País quando aponta que há um espaço vazio para novas formações partidárias, com a perda de apoio político, social e eleitoral dos partidos da área da social-democracia — PS e PSD**».

E mais adiante afirmou:

«**Novos partidos democráticos podem vir a ter um papel positivo para uma alternativa democrática. Porém, o novo partido ou novos partidos não podem substituir ou dispensar a acção e o papel do PCP.**

«**Ao longo destes dez anos a vida demonstrou que nas condições concretas da luta do povo português, nenhum partido democrático, só por si, poderá governar sozinho, poderá, só por si, vencer a crise e resolver os grandes problemas do povo e do País.**

«**Poderia trazer grandes prejuízos à democracia e à luta do nosso povo pensar que este ou aquele novo partido é o partido da salvação, o partido da alternativa. Ao longo destes dez anos tem havido experiências positivas, mas também experiências amargas e é necessário tê-las bem em conta**».

Papel insubstituível do PCP

Esta importante questão levaria de imediato, o dirigente comunista a falar de novo do PCP e do seu papel insubstituível na sociedade portuguesa. «**A experiência mais importante que todos devemos ter bem presente** — sublinhou — **é que quanto mais forte for o PCP, quantos mais aliados e amigos se juntarem ao PCP mais forte é a democracia, mais condições amadurecem para uma verdadeira alternativa democrática.**

«Aqueles que estão com o PCP, que estão com a APU, o seu lugar de luta certo é continuarem a estar. Aqueles que já perderam o medo, deixaram atrás da porta a superstição de que os comunistas comem criancinhas, 'matam' os velhotes, que destroem os santos, etc., esses devem dar um passo em frente e juntarem-se ao PCP, juntarem-se à APU. O lugar certo não é sair, mas entrar mais e mais».

Antevendo as batalhas que se aproximam, António Gervásio lembraria ainda aos presentes que «**além da luta de todos os dias pelo pão, pelo trabalho, em defesa do Portugal de Abril contra as forças da reacção, os meses que se aproximam vão ser meses cheios de intensa actividade política: eleições presidenciais, eleições para as autarquias e provavelmente eleições legislativas antecipadas. Em todas elas** — sublinhou — **é tarefa nacional derrotar a direita, derrotar as forças da contra-revolução**».

Poder local

Em Grândola, em prol do desporto

O parque que Abril abriu

Pela nossa parte, juramos que esta obra não voltará a ser inaugurada! ironizou o presidente da Câmara Municipal de Grândola, António Mendes, no acto inaugural do parque desportivo municipal deste concelho, obra da inteira responsabilidade da Câmara e que nesta primeira fase envolveu gastos na ordem dos 40 000 contos. Foi no sábado passado, coincidindo com a abertura da «Feira de Agosto» e pondo à disposição dos grandolenses um magnífico parque com um campo de futebol, uma pista de atletismo, um campo de treino, uma bancada para 2500 pessoas, balneários e dois campos polidesportivos. Sem a presença de membros do Governo, que esse parece gostar mais de obras que lhe permitam duas e três inaugurações à volta do mesmo melhoramento...

Na cerimónia, onde estiveram presentes numerosos jornalistas, participaram representantes das colectividades e clubes populares do concelho, entidades desportivas do distrito de Setúbal, membros das autarquias grandolenses e muito público, tendo o acto sido presidido pelo presidente da Câmara, António Mendes, que diria, a dado passo do seu discurso: «Esta 1.ª fase representa um investimento superior a 40 000 contos que, com excepção de um subsídio de 300 contos concedido pela Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD), foram na totalidade suportados pelos cofres do município».

Mais adiante, ao comentar a importância desta realização para o melhoramento da qualidade de vida do concelho e as suas vantagens em particular para a juventude, António Mendes diria: «Embora seja ao Governo e ao Estado a quem cabe a grande responsabilidade de encontrar solução para os problemas da juventude, estamos convictos de que esta acção é um valioso incentivo para ocupação dos tempos livres da juventude do concelho e constitui, nesse campo, alternativa sólida para muitos dos filhos dos grandolenses».

No parque desportivo agora inaugurado podem ser praticadas as seguintes modalidades desportivas: futebol, andebol, voleibol, basquetebol, râguebi, ténis, hóquei em patins e atletismo. Nas imediações do parque, por entre sobreiros, há um circuito de manutenção. E já agora mais alguns dados: existem no concelho cinco colectividades desportivas federadas, que movimentam cerca de 300 atletas e 13 clubes populares que enquadram o mesmo número de praticantes. É claro que, até aqui, a modalidade «mestra» tem sido o futebol. Por outro lado as Escolas Primária, Preparatória e Secundária são frequentadas por cerca de 1300 alunos, a que há a juntar 650 atletas das classes de ginástica, actualmente da responsabilidade da autarquia.

Como apontamento final recorde-se que o conjunto agora inaugurado corresponde sensivelmente a metade do projecto global elaborado pela Câmara Municipal e que, segundo o presidente António Mendes, «apesar das dificuldades e outras vicissitudes, será gradual mas totalmente cumprido».

Trabalhadores

Governo prepara às escondidas leis contra os trabalhadores

• CGTP denuncia e critica o «pacote laboral»

O pacote laboral está aí a rebentar. Nada menos de uma dezena de anteprojectos cozinhados pelo Governo — e pelos seus parceiros «sociais» — preparam-se para restringir os direitos dos trabalhadores, sem que estes tenham sido ouvidos nem achados no processo. Com efeito, foi necessário que a CGTP solicitasse à secretaria de Estado os mesmos anteprojectos que há muito eram objecto de atenção no chamado Conselho de Concertação, para que pudesse, como o fez anteontem num encontro com jornalistas, emitir um primeiro parecer global sobre estas iniciativas do Governo.

Os anteprojectos governamentais pretendem produzir legislação sobre os salários em atraso, fundo de garantia salarial, cessação do contrato de trabalho (a Lei dos Despedimentos), contratos a prazo, trabalho temporário (ou aluguer de mão-de-obra, como é chamado pelos trabalhadores), seguro de desemprego, estatuto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Formação Profissional em regime de cooperação, regulamentação da Lei da Greve — piquetes de greve, *lock-out* e requisição civil — e, finalmente, carteiras profissionais.

Ofensiva contra o regime democrático

Salientando embora que se trata de uma primeira apreciação global sobre os anteprojectos, a CGTP não deixa de tecer sobre este pacote laboral algumas considerações bastante críticas, inserindo o conjunto das iniciativas do Governo na ofensiva geral que este desencadeia «contra a substância do regime democrático através de ataques ao sector nacionalizado, à Reforma Agrária e às liberdades democráticas e sindicais».

«Neste particular» sublinha o documento da Inter, «estão directamente em causa as liberdades sindicais e direitos económicos dos trabalhadores como forma de, entre outros objectivos, alterar a correlação de forças na sociedade portuguesa em especial ao nível da empresa a favor do patronato e em especial da reconstituição dos monopólios e latifúndios.»

Durante o encontro em que o documento foi apresentado à Imprensa, oportunidade para uma informal troca de impressões, os dirigentes da CGTP presentes desmentiram as «razões» que alguns membros do Governo e alguma imprensa adianta para estas medidas. Uma delas seria a da adaptação do direito laboral português aos «cânones da CEE». Nada de mais falso. Tal «razão» vem funcionando apenas como «desculpa», já que o próprio Tratado de Roma, neste campo, nada prevê a não ser a adopção em cada país das regras «mais favoráveis». O projecto do Governo será, desse modo, «nivelar por baixo» e aplicar em Portugal o que de mais desfavorável para os trabalhadores há nos países do Mercado Comum.

Do que se trata, afirmaram os responsáveis da Inter, é da «continuação de uma política, já evidenciada com a lei de segurança interna, que não encontrando solução para os problemas económicos e financeiros do País, aprofunda o caminho antidemocrático da hostilização e repressão do movimento operário (seu principal opositor), como forma de se manter no poder».

Outra das desculpas que costumam surgir no caso da legislação restritiva dos direitos dos trabalhadores é a de que, desse modo, se levariam os investidores portugueses a investir em vez de fazerem sair os capitais do País. Mais uma desculpa desmentida durante o encontro: a crise económica tem razões diversas em Portugal — não são os direitos dos trabalhadores que a produzem...

Demagogia e inconstitucionalidade

Nesta primeira apreciação global à dezena de anteprojectos em causa, estes aparecem divididos em quatro grupos «com lógicas e objectivos diferenciados, mas ao serviço de objectivos fundamentais comuns».

No primeiro desses grupos são englobados os projectos sobre salários em atraso e o projecto sobre o fundo de garantia salarial. A CGTP acusa o Governo de pretender com estas iniciativas «exibir perante a opinião pública, o eleitorado e as instâncias internacionais (nomeadamente a OIT) o propósito de fazer frente à grave e dramática realidade do não pagamento dos salários em numerosas empresas que afecta um número superior a cem mil trabalhadores».

Trata-se, segundo a Inter, de «demagogia pura e simples. As medidas previstas são ineficazes, quer para garantir os meios de subsistência aos trabalhadores sem salários, quer para dissuadir as entidades patronais de praticarem tão graves violações aos direitos humanos mais elementares». Com tal projecto, se viesse a ser aprovado, «o Estado continuaria a lavar as mãos, consentindo que, sem quaisquer limites, a lei da selva persistisse».

Três outros projectos são englobados em outro grupo: os que incidem sobre a cessação do contrato de trabalho, sobre os contratos a prazo e sobre o chamado «trabalho temporário». Este conjunto de projectos têm em comum, segundo a apreciação da CGTP, «a instabilização das relações de trabalho, a perda de segurança no emprego e a consequente inversão das relações de poder na empresa, em sentido antidemocrático, de modo a colocar o trabalhador inteiramente à mercê da superioridade do dono da empresa».

Como? O documento dá algumas pistas:

«Alarga-se o conceito de justa causa, com neutralização da proibição constitucional do despedimento sem justa causa, e leva-se a limites intoleráveis a afirmação inconstitucional da supremacia do direito de propriedade sobre o direito ao trabalho, que se traduz em, praticamente, não serem estabelecidos limites ao poder de o dono da empresa despedir o trabalhador a troco de uma indemnização que, por todos os motivos (que não só a limitação do seu montante pela antiguidade), não substitui o emprego.».

Mas há mais — alarga-se o poder patronal de aplicar sanções ao trabalhador, com facilitação do despedimento; quanto aos contratos a prazo, os seus limites não seriam afinal impeditivos de uma larga utilização desta «modalidade»; no que toca ao trabalho temporário, a sua regulamentação nos moldes governamentais acabaria por consagrar esta forma de emprego precário e a confiar a empresas lucrativas funções de intermediário de aluguer da força de trabalho.

«Estes três projectos», sublinha a Inter, «atingem o cerne das transformações democráticas que a Revolução do 25 de Abril operou no domínio da relação individual do trabalho, criando condições para restaurar o poder absoluto do patrão sobre os trabalhadores. Desse modo se procura, também, alterar as relações de classes na sociedade portuguesa contrariando a participação individual dos trabalhadores na acção operária e na luta sindical.»

Limitar direitos

Quanto ao terceiro grupo, nesse são incluídos os projectos sobre o seguro do desemprego: fundo de garantia salarial, estatuto do IEFP e formação profissional em regime de cooperação. Este conjunto visa duas ordens de objectivos, conforme interpreta a CGTP/IN:

«Por um lado atenuar as consequências sociais do desemprego e do encerramento de empresas a que, crescentemente, conduz a política económica do Governo (recentemente confirmada pela divulgação da 2.ª carta de Intenções para com o FMI) e a liberalização dos despedimentos. Por outro lado, criar instrumentos para as chamadas "políticas activas de emprego" que, não sendo negligenciadas sobretudo em contextos de crise económica, não correspondem ao que é determinante para uma política de emprego, isto é, o relançamento e reestruturação da economia, com vista à criação efectiva de postos de trabalho. Esta política de apoio ao desemprego e de sucedâneos para o emprego produtivo é, no essencial, financiada com os descontos dos trabalhadores para o Fundo de Desemprego cujas verbas são, cada vez mais, utilizadas sem controlo, com a maior imoralidade e corrupção.».

«Finalmente o **quarto grupo** de projectos inclui a **regulamentação (alteração) da lei da greve**, para limitar a acção dos piquetes de greve, e os poderes sindicais em caso de greve e facilitar ao Governo as decisões de requisição civil, e a retirada aos Sindicatos do poder de conferirem **carteiras profissionais**. Trata-se de, por formas diversas, limitar a acção sindical. Restringindo o direito à greve ou retirando aos Sindicatos poderes de intervenção no domínio do acesso ao emprego e da evolução da carreira profissional.»

«Assume particular gravidade o projecto sobre a greve que representaria uma permanente e multifacetada limitação ao direito à greve, a juntar às possibilidades inconstitucionais de proibição da greve e de imposição do *lock-out* previstas na proposta de lei sobre "segurança interna".»

Apreciando, em síntese, o conjunto dos projectos, a CGTP afirma que «sem prejuízo de uma ou outra melhoria pontual, eles visam o reforço da exploração dos trabalhadores, o aniquilamento de conquistas sociais de conteúdo democrático, a inversão brutal das relações de poder na empresa e na sociedade, a limitação das formas de acção e luta operária e sindical, a neutralização da oposição popular à política anticonstitucional e antidemocrática em curso que só tem condições de viabilidade prática através da repressão e do cada vez mais drástico cerceamento das liberdades democráticas».

O diálogo e a luta

Salientando que os principais projectos em apreço são da competência reservada da Assembleia da República por visarem regulamentar direitos fundamenais dos trabalhadores e sublinhando também o facto de o Governo ou a AR serem obrigados a submeter tais iniciativas à apreciação pública, por força da lei, a CGTP chama a atenção para «a ostensiva marginalização a que o Governo a pretende sujeitar no processo de elaboração dos diplomas», decorrendo tudo no segredo do conselho de concertação social.

Criticando tais métodos, a Inter anuncia a sua intenção de intervir, «por todos os meios constitucionais, em defesa dos direitos dos trabalhadores». E, como primeiro passo dessa luta, aparece a divulgação pública e o «esclarecimento objectivo, o conhecimento da verdade sobre as características dos projectos».

Por outro lado, a CGTP vai exigir ser recebida pelo Governo para discutir os projectos «e tomar conhecimento de outras eventuais iniciativas».

«Interviremos», sa[illegible]da acção [illegible] os responsáveis da [illegible]esta legi[illegible] todos os níveis, no pla[illegible]ser impo[illegible] co-jurídico, no plano p[illegible]dores.»

Lisnave

Governo e Mellos jogam na «inviabilizaçã[illegible]

A greve da Lisnave — assim como a que foi desencadeada pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional — terminou com um balanço muito positivo no que toca ao nível de adesão alcançado. Os trabalhadores, que lutaram e lutam visando o cumprimento de um compromisso assumido pela administração relativamente ao pagamento dos salários e dos complementos de reforma em atraso — dívidas que ultrapassam um milhão de contos —, vêem, entretanto, a empresa no primeiro lugar de uma lista oficial de 350 empresas com maiores dívidas aos trabalhadores. O mesmo relatório oficial considera a Lisnave entre as 64 empresas «eventualmente inviáveis». Isto à mistura com a campanha desencadeada pelos jornais de direita e pela UGT que responsabilizam os trabalhadores pela situação grave em que ela se encontra.

Quanto às posições da UGT, a resposta fora dada pelas organizações representativas dos trabalhadores. Nomeadamente o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, ao anunciar na passada semana, a decisão do plenário de trabalhadores da empresa de decretar a greve responsabilizando a administração pela falta de respeito aos compromissos assumidos, afirmava:

«As lágrimas de crocodilo que os divisionistas da UGT vieram recentemente chorar pela empresa não enganam os trabalhadores.»

«Aqueles que defenderam a reeleição do Mello para presidente do Conselho de Administração, vêm agora falar em alteração do estatuto da empresa indo até à nacionalização! Mais uma vez vêm dar uma ajuda ao sr. Mello contra os trabalhadores. A [illegible]capitalizaçã[illegible]to da Lisna[illegible]vel pelas dívidas, o s[illegible]cesso delib[illegible]fica de mãos livres p[illegible]utilização [illegible]para a frente o seu c[illegible]nave para [illegible]plano de monopolizaçã[illegible]de duas [illegible]dústria naval».

«A Administração d[illegible]presas».

«A Lisn[illegible]ve», sublinhava o co[illegible]neamento [illegible]sindical, «joga abertam[illegible]as negoc[illegible]instabilidade da empr[illegible]mas para [illegible]novo os trabalhadores[illegible]de uma [illegible]dem esta grande e[illegible]buiu nos [illegible]como grande unidade[illegible]com cerca [illegible]dução.»

Não há trabalhad[illegible] a mais

Demonstrando pela[illegible] dólares [illegible]extraordinárias feitas[illegible]país.»

[illegible]mil no primeiro seme[illegible]A rece[illegible]ano — a que se jun[illegible]administra[illegible]mesmo período, as 227[illegible]citou ao [illegible]ras de subempreitada[illegible]emergênc[illegible]não há trabalhadores a[illegible]lhão de [illegible]comunicado acusava a[illegible]ano — a[illegible]seguida pela admini[illegible]Dezembro[illegible]Mello pela situação d[illegible]balhadore[illegible]damento da Lisnave[illegible]denúncia[illegible]pela Com[illegible]res da Lis[illegible]administra[illegible]izar os [illegible]como forn[illegible]o Governo

Trabalhadores pagam hoje cinco vezes mais impostos que em 1975

1. Um estudo da CGTP-IN revela que a carga fiscal e parafiscal suportada em média por cada trabalhador português (imposto profissional, complementar, impostos sobre o consumo, descontos para o Fundo de Desemprego e Segurança Social) passaram entre 1975 e 1983 de 14140$00 para 98340$00, tornando-se um factor importante na degradação das condições de vida dos portugueses. Refere-se também que em 1975 os trabalhadores portugueses dispendiam em média com o pagamento de impostos e descontos 19,5% do seu salário enquanto que em 1983 dispendiam cerca de 42,6%.

2. O mesmo estudo indica que as alterações introduzidas pelo Governo PS/PSD em 1984 a nível do imposto complementar só beneficiam os altos rendimentos. Com efeito, até ao rendimento colectável de 1300 contos por ano, o que corresponderá a um rendimento bruto superior a 1700 contos, as taxas e os escalões do imposto complementar não sofrem qualquer alteração entre 83 e 84.

Em contrapartida, por exemplo, um indivíduo que em 1983 teve um rendimento colectável de 4250 contos, de acordo com as taxas e escalões que vigoravam nesse ano, teria de pagar de imposto complementar cerca de 1795,6 contos: depois das alterações introduzidas pelo Governo PS/PSD, terá de pagar 1382,9 contos, ou seja, menos cerca de 412 contos.

3. Ainda no que se refere ao imposto complementar, o Decreto-Lei n.º 192/84, publicado pelo actual Governo, refere que a matéria colectável é de apenas 25 contos por cada filho até 11 anos e de 40 contos por cada filho com idade superior. Toda a gente sabe que tais importâncias estão muito longe das despesas que anualmente cada família portuguesa tem de suportar com cada um dos seus filhos. Mas o escândalo é ainda maior se se atender a que aqueles valores são os mesmos que vigoravam em 1983, apesar do aumento brutal dos preços naquele ano que foi superior a 33%.

Assim se vê quanto o Governo se preocupa com a família, penalizando gravemente as famílias com filhos e agravando ainda mais a injustiça que já existia a nível fiscal entre estas e as que não têm filhos.

CGTP comenta actividade do governo

«Alterações só para pior»

Recentes documentos divulgados pela CGTP/Intersindical Nacional revelam bem as intenções do executivo de Mário Soares em continuar a agravar as condições de vida dos trabalhadores portugueses. Comentando a revisão do acordo entre o Governo e o FMI, a Inter acusa mesmo o Governo de ter como metas a quebra dos salários reais, o aumento do desemprego e a destruição das empresas públicas e nacionalizadas.

Sublinhando que, em relação ao futuro e no que respeita à situação das classes mais desfavorecidas, as perspectivas não são as melhores, a Inter faz notar que os objectivos do Governo, confessados na carta de intenções, são os de manter «a moderação continuada dos aumentos salariais, que se espera permaneçam, em média, abaixo dos 20 por cento em 1984». Enquanto que, no que respeita à inflação, o Governo projecta a sua «redução para 23 por cento em fins de 1984».

«Consequentemente» – diz a Inter – «logo à partida o Governo PS/PSD pretende pôr em prática uma política de aumentos de preços significativamente superior à subida de salários que tentará impor.

«No entanto, o aumento de preços será bastante superior ao indicado pelo Governo.

«Efectivamente, no mesmo acordo pode ler-se: "será mantida a política de eliminação gradual de subsídios ao consumidor através do mecanismo de preços, sendo o respectivo impacto sobre o nível de vida dos grupos de rendimentos mais baixos atenuado por meio de esquemas de apoio selectivos". Portanto, os preços vão continuar a aumentar a um ritmo elevado», sublinha o documento.

Ilustrando a afirmação, a Inter mostra que a projecção obtida com base na tendência de aumentos de preços verificados nos últimos doze meses resulta num aumento de 26 a 27 por cento entre Dezembro de 1983 e Dezembro de 1984. Para os preços médios, o aumento será de cerca de 30 por cento...

No tocante ao emprego e desmentindo o fraseado tecnocrático do acordo, a CGTP denuncia «o propósito de criar condições que facilitem os despedimentos. Há que associar propósitos constantes deste acordo assinado com o FMI com o chamado pacote laboral», afirma o documento da Inter.

Salientando o propósito de o Governo continuar a sua ofensiva contra as empresas públicas e nacionalizadas, a Central Sindical sublinha:

«Em resumo, o acordo agora assinado pelo Governo não significará qualquer alteração na política de destruição da economia nacional e do nível de vida dos trabalhadores e de outras camadas mais desfavorecidas que tem sido levada a cabo por este Governo desde que tomou posse.

«Finalmente interessa dizer que o Governo PS/PSD compromete-se no acordo agora assinado a consultar o FMI no último trimestre de 1984, não só para analisar o cumprimento das imposições do FMI como também para discutir o Orçamento do Estado para 1985 (uma prova evidente e pública da aceitação de ingerência do imperialismo)».

Nada de novo

Entretanto, a Lei de Segurança Social, publicada no «Diário da República» [illegible]e, ainda, [illegible]sado dia 14, merece [illegible]mínimos [illegible]da CGTP uma apreciaç[illegible]é criticado[illegible]co favorável. Em resum[illegible]geral de [illegible]ter considera que tal [illegible]conduzir [illegible]traz nada de novo e a [illegible]contribuiç[illegible]rações que introduz são [illegible]sobre os [illegible]significativas «no sen[illegible]«A CG[illegible]melhorar a situação do[illegible]os grande[illegible]lhadores portugueses[illegible]gurança S[illegible]como sublinha, os as[illegible]integraçã[illegible]gravosos subsistem. E[illegible]agrícolas,[illegible]mação à imprensa, a[illegible]balhadore[illegible]considera que «subsist[illegible]cial, etc.)[illegible]definição quanto à data[illegible]ver, e que[illegible]dições em que os trab[illegible]medidas[illegible]res agrícolas abrangido[illegible]-se finalm[illegible]respectivos regimes es[illegible]Outro r[illegible]serão integrados no reg[illegible]vulgado p[illegible]ral», reputando por ou[illegible]alteraçõe[illegible]de incompreensível «o [illegible]portaria qu[illegible]o financiamento da Ac[illegible]dito dest[illegible]cial e do regime não o[illegible]Afirmando[illegible]vo se verificar funda[illegible]ornou m[illegible]mente através das [illegible]que as p[illegible]buições dos trabalhado[illegible]distadas s[illegible]conta de outrem».[illegible]actualizar[illegible]

Outro aspecto merec[illegible]otalmente[illegible]tica da CGTP: «a distor[illegible]do ao aum[illegible]determinações relativas [illegible]pitação».[illegible]cipação das associações[illegible]uro, às b[illegible]cais na gestão das insti[illegible]dios fam[illegible]de segurança social». O[illegible]em como[illegible]mento divulgado à im[illegible]os de pa[illegible]critica também a «indef[illegible]imo e per[illegible]quanto aos critérios de[illegible]empréstim[illegible]zação dos salários que[illegible]são introd[illegible]vêm no cálculo das pres[illegible]terações.

Jornadas Pedagógicas em Lisboa

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa promove, como é uso de há uns anos a esta parte, as Jornadas Pedagógicas 1984.

As Jornadas, que se realizam de 18 de Setembro a 6 de Novembro, incluem três importantes seminários sobre a lei de bases do sistema educativo, sobre a criança e o jovem na escola actual e sobre a sociologia da Educação.

Paralelamente aos seminários decorrerão diversos colóquios sobre temas pedagógicos, como sejam «Educação sexual na escola: como promovê-la», «O insucesso escolar» ou «Como transformar o museu em escola viva».

Outros temas estarão em foco nestas «Jornadas Pedagógicas/84» promovidas pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Desde a direcção de turma até à dinamização cultural, passando pela problemática da gestão nos diversos graus de ensino, de tudo um pouco se falará neste certame.

Prepotência nas Confecções Belmonte

O Sindicato dos Trabalhadores do sector Têxtil da Beira Baixa exigiu a actuação da Inspecção do Trabalho na fábrica das Confecções Belmonte, por atropelo ao direito que assiste a todos os trabalhadores de gozarem férias.

O patrão desta empresa marcou e desmarcou por diversas vezes o mapa de férias e, depois de ter obrigado os trabalhadores a trabalharem até às nove horas da noite e aos sábados, obrigou-os também a trabalhar mais dois dias que o previsto.

Dada a gravidade da situação vivida nesta unidade industrial, o sindicato apela aos trabalhadores para que reforcem a unidade e a sua organização, para que possam fazer frente aos atropelos a que estão sujeitos.

No final de um comunicado emitido a propósito desta situação de prepotência patronal, o sindicato reafirma que a luta é o caminho a seguir pelos trabalhadores.

Solidariedade para com os trabalhadores da CIFA

Há já vinte meses sem salários, os trabalhadores da CIFA foram objecto de uma grande jornada de solidariedade promovida pela Comissão Intersindical da empresa, por diversos sindicatos nortenhos e pela União dos Sindicatos do Porto.

A jornada, que se realizou no passado domingo, foi pretexto para se discutir a situação dos trabalhadores e as medidas a adoptar face ao problema. Assim, os trabalhadores decidiram realizar em breve uma vigília à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro, uma vez que a responsabilidade dos problemas vividos pela empresa e pelos seus trabalhadores foi por estes imputada ao Governo Soares/Pinto e aos Mellos (proprietários da CIFA).

Durante o encontro discutiram-se também as repercussões que a situação dos trabalhadores provoca em todo o pequeno comércio da zona.

No convívio participaram ranchos folclóricos e cantores que assim se solidarizaram com a luta dos trabalhadores da CIFA. *O mesmo aconteceu com os pescadores de Matosinhos, com os trabalhadores da Reforma Agrária e com a população da zona, que ofereceram, respectivamente, sardinha, produtos agrícolas e boroa.*

Os «bons resultados» do Governo

A CGTP-IN divulgou um estudo seu, segundo o qual a dívida externa do País cresceu, durante o período de governação PS/PSD.

Segundo este estudo, aquando da tomada de posse deste Governo. a dívida externa era de 13 700 milhões de dólares. Hoje, esta dívida ascende a cerca de 15 000 milhões de dólares. Causa directa: o recente empréstimo de 400 milhões de dólares.

Falando na nossa moeda, a dívida externa portuguesa aumentou de 1397 milhões de contos, em Junho de 1983, para 2265 milhões de contos em Agosto de 1984, uma vez que, desde a tomada de posse deste Governo, o escudo desvalorizou cerca de 48 por cento.

Durante este ano de Governo PS/PSD a produção nacional desceu 0,5 por cento, e o investimento 4 por cento, prevendo o próprio Governo que esta descida atinja os 14 por cento. De Junho de 1983 a Junho deste ano a inflação foi de 32,1 por cento.

São estes os «bons resultados» propalados pelo Governo acerca deste seu ano de governação.

Porto: pela reabertura das feiras de gado

Delegações de agricultores de vários concelhos do distrito do Porto, eleitos em grande plenário de agricultores, entregaram no passado dia 28, na Direcção Regional de Entre Douro e Minho do MAFA, no Porto, abaixo-assinados com milhares de assinaturas reclamando a reabertura das feiras de gado.

As delegações de agricultores entregaram ainda uma exposição onde levantam os graves problemas com que a agricultura se debate, nomeadamente o constante aumento dos preços dos factores de produção, os subsídios que cada vez mais são cortados, os juros altíssimos a que o crédito é pago (quando é concedido!).

Tratado na exposição foi também o problema das feiras de gado encerradas há dois anos, situação que tem provocado enormíssimos prejuízos aos agricultores que ficaram sem orientação para o preço do gado, situação de que os intermediários se aproveitam, já que o gado tem que ser vendido, e estes oferecem preço muito baixo.

Os agricultores acusam os responsáveis de não terem tomado quaisquer medidas para a criação de circuitos alternativos para a comercialização do gado. Se circuitos, as feiras são uma necessidade indispensável. E, no entanto, apesar de os agricultores não poderem fazer as feiras, os intermediários continuam a transportar o gado como querem, o contrabando continua a fazer-se, e em grande parte do País as feiras estão abertas — nalguns casos fazem-se mesmo clandestinamente com o acordo das autoridades... Por isso perguntam: por que não estão abertas no Porto as feiras de gado?

Os agricultores do distrito do Porto mostraram-se, por tudo isto, dispostos a prosseguir a luta no sentido de reabertura das feiras de gado.

Nacional

Madeira

João Jardim — o cúmulo da desonestidade política

Enquanto as eleições se aproximam e já o prazo de entrega das candidaturas vai terminar, Alberto João Jardim prepara-se para se tornar a «estrela» de um mau filme. Já se sabia que a sua «demissão» do cargo de presidente do Governo Regional da Madeira era apenas uma manobra para, continuando em funções, desfrutar dos seus poderes para dedicar-se a tempo inteiro à campanha pessoal e à do PSD dominante. O descaramento deste político atingiu o auge. Já não se trata apenas de «estilo». As recentes declarações do chefe PSD da Madeira revelam pior do que um ridículo pendor para as declarações acacianas e/ou bombásticas. Vêm ao de cima as suas convicções antidemocráticas, contra a Constituição e o próprio regime.

As declarações, porém, se não são apenas estilo, também não são apenas desabafos. Têm um fim definido. Apesar do ridículo, não são para rir. Como a nota da SIP do PCP afirmou, «torna-se evidente que essas declarações se inserem no nítido propósito de, através do exercício de cargos públicos, influenciar ilegitimamente o eleitorado e instalar naquela região autónoma um clima de histérica retaliação anticomunista que distraia os cidadãos da necessária reflexão sobre a ruinosa administração de A. J. Jardim e do PSD/Madeira».

Com efeito, aproxima-se o momento em que a política do PSD e de Alberto João vai ser submetida a um julgamento — o do voto. Embora detentor da grande influência que constitui a comunicação social na região, embora o sistema de caciquismo o favoreça e de as liberdades não serem respeitadas na totalidade no que toca aos seus adversários políticos, embora conte com a amizade dos seus concorrentes PS e CDS, Jardim teme o julgamento que são as eleições e procura a todo o transe que a abstenção — o seu maior inimigo eleitoral, o saco para onde vão os votos dos que ainda não tiveram oportunidade e esclarecimento para votar de outra forma — não aumente ou se não transforme em verdadeiro voto democrático.

Todos os meios são bons, para o presidente do Governo Regional PSD a fim de contrariar os resultados de um tão temido julgamento. E a desonestidade política é um dos meios a que lança mão.

Como afirma a SIP:

«É o cúmulo da desonestidade política que o presidente do Governo Regional da Madeira, que desde há oito anos é um fervoroso apoiante da política de direita e dos sucessivos governos centrais, que a tem aplicado e desenvolvido, pretenda agora responsabilizar pelo "desastre nacional", não os seus amigos do PS, PSD e CDS, mas a Constituição da República, o "continente", uma alegada "marxização" da sociedade portuguesa e aquilo a que, em perfeito plágio da linguagem da PIDE e das concepções fascistas, chama de "infiltrações comunistas".».

O fiscalizado arma-se em «fiscalizador»

Alberto João Jardim esfregou as mãos de contentamento quando soube da anunciada auto-suspensão da Comissão Nacional de Eleições por alegada falta de verba. E vai daí produziu declarações (declarações não lhe faltam na bagagem), aproveitando a seu favor uma situação de irregularidade.

As declarações que proferiu a propósito da auto-suspensão da CNE acabaram por revelar — como acusa a nota de imprensa distribuída pelo Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP — «falta do mínimo espírito de isenção e a intenção de se furtar a todo o controlo da legalidade no próximo acto eleitoral».

Até alguns dirigentes do partido concorrente e amigo CDS se referiram à «falta de imparcialidade e isenção do Governo Regional neste período de campanha eleitoral», acusando o Governo Regional de usar os dinheiros públicos na pré-campanha «em consonância com os interesses eleitoralistas do PSD»...

Por seu lado, os comunistas vão mais longe no comentário às declarações e atitudes de João Jardim. Recordando a afirmação do presidente do Governo Regional da Madeira («os órgãos de soberania são competentes e suficientes para garantir e fiscalizar o acto eleitoral de Outubro», disse ele!), a nota da DORAM, desmente-a, sublinhando:

«As funções de esclarecimento cívico (importância do voto, ensinar a votar, etc.), de controlo da legalidade, da distribuição dos tempos de antena pelos partidos políticos, enfim a competência para a fiscalização global do acto eleitoral, pertencem exclusivamente a um órgão de carácter independente, a CNE, e não a quaisquer órgãos de extracção partidária.

«Pretender atribuir esses poderes a outrem» — sublinha ainda a DORAM —, «como faz Alberto João Jardim, teria que se entender que era ao Governo PS/PSD ou à maioria que o suporta na Assembleia da República, ou ao próprio Governo Regional do PSD, o que resultaria caricato, pois o fiscalizador seria o próprio fiscalizado.».

As declarações inflamadas e as «ignorâncias» das determinações legais, o anticomunismo e as manobras que João Jardim adopta, truculento, são, porém, armas de dois gumes. Como afirma o Secretariado da DORAM, «o Presidente do Governo Regional, useiro e vezeiro na violação das regras de isenção democrática, dá cada vez mais fundadas dúvidas a largos sectores do eleitorado acerca da democraticidade do próximo acto eleitoral».

Açores

APU concorre em todas as ilhas

Nos Açores já está. A Aliança Povo Unido terminou em 20 de Agosto corrente a entrega dos processos de candidaturas às eleições regionais pelos novos círculos eleitorais da Região Autónoma. **Ao concorrer em todas as ilhas da região** — afirma o Gabinete de Imprensa das Candidaturas APU-Açores —, a **Aliança Povo Unido está a assumir plena e totalmente as suas responsabilidades regionais como força política actuante e interveniente em todo o arquipélago e está a contribuir para que, em cada uma das nossas ilhas se possa, ao longo da preparação eleitoral, travar um debate político sério e construtivo que, motivando o esclarecimento e a mobilização das populações, levará ao necessário reforço eleitoral da corrente democrática mais consequente que é representada pela APU.**

Ciente da grande importância que tem para o reforço da democracia e da autonomia a urgente dignificação e valorização do mais importante órgão de Governo próprio da Região — que é a Assembleia Regional —, a APU tudo fará para que as suas listas elejam deputados — salienta o comunicado difundido na passada semana pelo GI da Aliança Povo Unido nos Açores.

As listas da APU — refere finalmente —, **são constituídas por militantes dos partidos constituintes da aliança (PCP e MDP/CDE) e por um elevado número — 25 por cento do total — de democratas independentes que se identificam com os objectivos da APU nos Açores.**

Encabeçam as listas já apresentadas — **José Raposo Ricardo**, condutor, pela Ilha de Santa Maria; **José Decq Mota**, professor, membro do CC do PCP e responsável pela DORAA, pela Ilha de S. Miguel; **Filipe de Chantal Borges Sancho**, funcionário da Sata, independente, pela Ilha Terceira; **António Cardoso Nunes**, tipógrafo, pela Graciosa; **José João de Sousa Bizarro**, enfermeiro, independente, pela Ilha de S. Jorge; **Manuel Gonçalves dos Santos**, comerciante, pelo Pico; **Luís Decq Mota**, médico, pela Ilha do Faial; **Paulo de Freitas Valadão**, veterinário, pela Ilha das Flores; **Carlos Alberto Marques**, pelo Corvo.

Subida da APU na Ribeira Quente

A APU foi a única força política a aumentar a sua votação nas recentes eleições realizadas numa freguesia açoriana. Embora o aumento registado pela APU fosse de apenas 3 votos — de 17 em 1982 passou para 21 —, é de salientar que todas as outras forças concorrentes perderam substancial número de votos.

O PSD, que conserva embora a presidência da Junta, perdeu mais de metade da votação que obtivera há dois anos, descendo de 251 para 120 votos; o CDS passou para terceiro lugar, conseguindo agora apenas 76 votos contra os 144 de 1982; o PS registou também uma descida, passando de 86 para 77 votos.

De salientar ainda que a comparação entre os votos obtidos pela APU se refere aos que o Povo Unido conseguira em 1982 para a Assembleia Municipal, já que é a primeira vez que concorre para a Assembleia de Freguesia.

CML às voltas com homenagem

A Câmara Municipal de Lisboa atribuiu há dias ao atleta Carlos Lopes a chave de honra da cidade e decidiu, por maioria, que o Pavilhão dos Desportos de Lisboa passará a chamar-se «Pavilhão Carlos Lopes». Enquanto a primeira decisão obteve a unanimidade dos vereadores, a segunda foi alvo de polémica, levando a APU a abster-se.

Os representantes da APU apresentaram inicialmente uma proposta que sugeria a criação de uma «Maratona de Lisboa» a realizar anualmente com prestígio internacional e a disputar o «Grande Prémio Carlos Lopes» (isto além da atribuição da «chave de honra» da cidade ao atleta, como já tinha sido decidido). A presidência da Câmara (na altura exercida por Pedro Feist) pretendeu contornar o caso com a atribuição do nome do atleta a uma rua de Lisboa, ao que a APU contrapôs a atribuição do nome de Carlos Lopes a uma pista de «tartan» a construir na cidade, por protocolo a celebrar entre a CML e a DGD. Aí o PS interessou-se pela discussão, acabando por derrotar a proposta da APU por maioria, com o PS a votar em bloco contra ela e a ex-AD dividida. Vingaria a decisão deveras «criativa» da atribuição do nome do atleta ao Pavilhão dos Desportos, ficando em águas de bacalhau o «Grande Prémio Carlos Lopes» ou a nova pista de tartan, soluções que, além de prestarem a merecida homenagem ao atleta, ligariam o seu nome a iniciativas de real interesse público e desportivo.

III Seixalíada

Novamente por iniciativa da Câmara Municipal e com o apoio das Juntas de Freguesia e colectividades do concelho, decorrerão entre 21 de Setembro e 7 de Outubro próximo os III Jogos Concelhios do Seixal – a «Seixalíada». Esta iniciativa, que já conquistou certo prestígio nos meios desportivos, apresenta inscrições para as seguintes modalidades: andebol, atletismo, badmington, basquetebol, ciclismo, cicloturismo, damas, futebol, futebol de salão, ginástica, hóquei em patins, motociclismo, natação, patinagem, pesca, polo-aquático, ténis de mesa, tiro ao alvo, tiro aos pratos, vela, voleibol e xadrez.

APU de Santa Cruz — Madeira

Um comunicado da Coordenadora da APU do concelho madeirense de Santa Cruz denuncia a situação do presidente da Câmara pêpêdê deste Concelho, que «chega ao ponto de ameaçar os funcionários da Câmara com processos disciplinares se denunciarem as ilegalidades e a corrupção existentes na Câmara de Santa Cruz», isto porque, como esclarece o comunicado, o referido senhor «anda muito preocupado com a facilidade com que a APU consegue informar-se das suas falcatruas». Assim, o comunicado responde:

«Senhor presidente, a luta contra a corrupção não pode ser condenada porque é um dever de todo o cidadão (...) só mesmo o sr. Luís Gabriel com as suas «manias de grandeza» julga que não pode ser contestado. Senhor presidente, os processos são para os corruptos e seus cúmplices, não para os que defendem a legalidade. A APU irá continuar a denunciar as falcatruas do PPD na Câmara de Santa Cruz e todas as pessoas honestas sabem que podem contar connosco na luta contra a corrupção. Foi por isso que elegeram dois dos nossos elementos para a Assembleia Municipal e é por isso que irão votar em nós para a Assembleia Regional».

IV Feira do Livro em Moura

Abriu no passado dia 25, em Moura, a IV Feira do Livro patrocinada pela Câmara Municipal e que se prolongará até ao próximo dia 2 de Setembro. O certame, para além da dinamização cultural especificamente ligada ao livro, continua a oferecer às populações e aos visitantes um diversificado programa onde avultam passatempos musicais com grupos corais e bandas, sessões de cinema, colóquios e serões de poesias populares.

Semana Alentejana na Baixa da Banheira

Promovida pela Sociedade Recreativa e Cultural «União Alentejana» da Baixa da Banheira e com a colaboração da Casa do Alentejo em Lisboa e da Cooperativa «Teatrinho Macacácio», iniciou-se no passado dia 25, na sede da primeira entidade promotora, uma «Semana Alentejana» na Baixa da Banheira (concelho da Moita) que se prolongará até ao próximo domingo.

Do variado programa constam exibições de grupos corais alentejanos radicados nas zonas de Lisboa e Setúbal, fados e guitarradas por fadistas alentejanos também aqui radicados, Feira do Livro, do Disco e Artesanato Alentejanos, colóquios sobre a poesia popular e os cantares populares do Alentejo, exibição de filmes sobre a Reforma Agrária seguidos de colóquio, jantar-convívio seguido de colóquio sobre «A Mulher no Alentejo», e ainda colóquios sobre a integração do Alentejo nos locais migratórios, «A Criança Alentejana», «A Cultura e o Trabalho na Resistência» e «Como contar o Alentejo às gentes de outras regiões».

Vila Franca de Xira: a «marginalização dos temporais»

Na sua última informação municipal o executivo camarário de Vila Franca de Xira denuncia mais uma vez a marginalização de que está a ser vítima esta Câmara no que respeita a ajudas governamentais para obstar aos prejuízos dos temporais de Novembro passado, contando um caso particular e particularmente escandaloso.

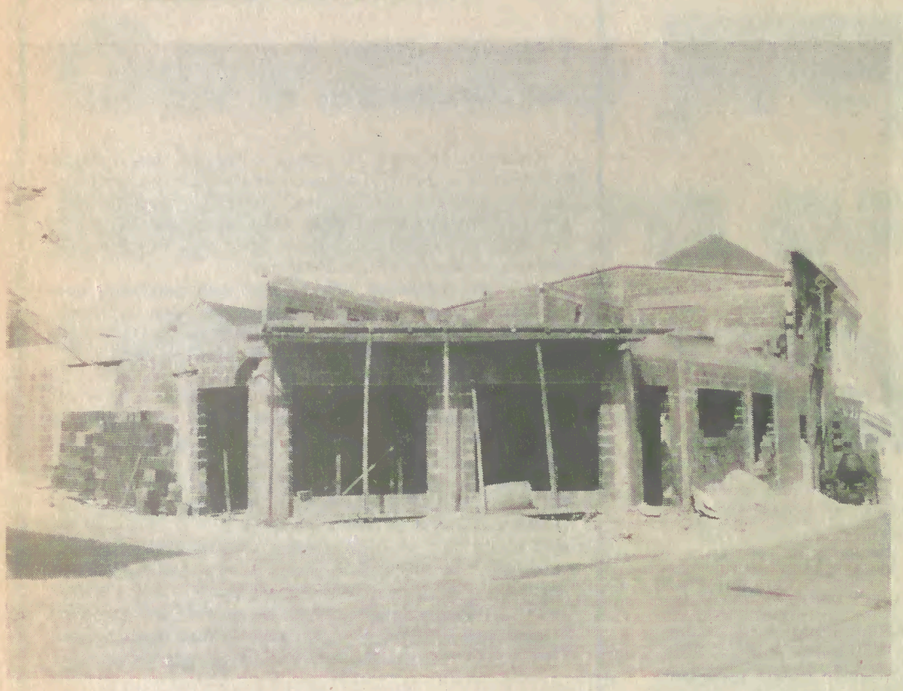
Assim, como se lê no boletim municipal, «por despacho conjunto do ministro do Equipamento Social e do Secretário de Estado do Orçamento, publicado no «Diário da República» de 27 de Junho de 1984, foi atribuída à Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos a incumbência de promover a reparação de diversas pontes, pontões e aquedutos».

Ora, segundo a informação municipal, o Concelho de Vila Franca de Xira, «um dos mais atingidos pelos temporais de Novembro, foi escandalosamente marginalizado, não figurando na lista de obras a fazer, nenhuma área do Concelho».

E aqui é que surge a referida «particularidade» da história, como se conta no documento que diz: «Em relação à ponte de Cadafais, na zona de ligação do nosso concelho e Alenquer, é atribuída à Hidráulica uma verba de 6000 contos para a sua reparação. Sucede, porém, que a obra está quase concluída, feita por nós e não custando mais que 2640 contos». E o boletim pergunta: «Onde se irão perder os 6000 contos atribuídos à Hidráulica? O ministro e o Secretário de Estado que assinam o despacho foram enganados por quem preparou o mapa de obras».

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

PCP



Novo CT de Alpiarça começa a ver-se...

A construção de um novo Centro de Trabalho constitui invariavelmente um acontecimento que galvaniza o entusiasmo e mobiliza a atenção e o empenho dos militantes comunistas e de outros democratas, simpatizantes e amigos do Partido.

Normalmente é assim: feitos os planos, definidas as tarefas, estabelecidas as metas e objectivos, a obra, quase sem se dar por isso, vai crescendo tijolo a tijolo à medida da nossa imaginação e vontade.

Pois bem, em Alpiarça – terra de ricas e gloriosas tradições de luta contra o fascismo – assim, uma vez mais, aconteceu. Muito longe da fase de «assentar ideias», a construção do novo Centro é já hoje, como a fotografia documenta, uma realidade palpável.

Agora, segundo nos informam, a intenção é não parar. Nesse sentido estão progamadas várias iniciativas com vista à obtenção de fundos e jornadas de trabalho voluntário que permitam dar continuidade e um redobrado impulso ao trabalho em curso.

Para que dentro em breve em Alpiarça, os comunistas e os trabalhadores do concelho tenham um novo Centro de Trabalho. À altura do seu Partido...

Campanha compra Vitória

Com a aproximação da Festa do «Avante!» a Campanha entra numa nova fase. A venda das rifas,que a partir do fim do corrente mês estarão em distribuição emtodas as organizações, dará um novo impulso ao trabalho da Campanha. Esta distribuição está a ser organizada com vista a promover uma grande venda no Alto da Ajuda, na zona de Lisboa.

A própria concepção da zona da OR Lisboa na Festa tem em conta esta campanha, podendo desde já adiantar-se que a torre da ORL será uma reprodução da fachada do Centro Vitória. Aí funcionará uma zona de atendimento que estará em condições de receber contribuições e de prestar todos os esclarecimentos.

Alargar os contactos

Os valores atingidos nas «abordagens» individuais são considerados importantes e, nesta fase, o maior contributo para o resultado atingido. De referir, aliás, que tem aumentado o número de camaradas envolvidos nesta tarefa, muitos deles pela primeira vez, no que constitui uma demonstração prática de que esta tarefa não é só para alguns e que, afinal, muitos outros são capazes de a executar.

O número de camaradas empenhados nesta frente é, contudo, ainda considerado insatisfatório pelo que é necessário que muitos mais militantes procedam a esses contactos.

Por outro lado, os organismos de direcção deverão efectuar um controlo semanal dos resultados obtidos por cada camarada, orientação que aliás está já a ser posta em prática por vários organismos, a começar pelo próprio Executivo da DORL.

Popularizar, dinamizar a Campanha

Quase concluída a primeira fase, trata-se agora — nesta segunda fase que se aproxima com a Festa do «Avante!» — de dar à Campanha um carácter de massas, fazer sair ainda mais a campanha para a rua, aumentar a propaganda e as iniciativas públicas, os convívios, as vendas de produtos.

S. Vitor em festa

Realiza-se nos próximos dias 1 e 2 de Setembro, na Praça da Alegria, por iniciativa da Comissão de Zona de S. Victor e da Comissão de Freguesia do Bonfim do PCP, a VI Festa da Unidade.

O programa inclui uma sessão de esclarecimento com deputados do PCP e uma intervenção política de Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC, no sábado à noite a que se seguirá uma sessão de fado popular e a actuação de Samuel.

O domingo de manhã é dedicado às crianças e, à tarde, haverá ranchos folclóricos e baile com o grupo «Diapasão».

Festa APU em Campo

A freguesia do Campo estará em Festa por iniciativa da APU. É já no próximo fim-de-semana e do programa, segundo nos informaram, constam fado, rock, música popular, folclore e jogos populares.

Um programa, como se nota, para todos os gostos e a que não faltarão saborosos comes e bebes.

A intervenção política está a cargo de Ilda Figueiredo, deputada do PCP e membro da Assembleia Municipal de Valongo e da Assembleia de Freguesia do Campo.

Provocação nas Caldas da Rainha

A deflagração de uma bomba de fraca potência ocorrida na madrugada do passado dia 24 junto à porta do Centro de Trabalho do PCP das Caldas da Rainha constitui, segundo um comunicado tornado público por aquela organização, uma provocação de quantos pretendem regressar «ao passado de domínio dos monopólios e agrários» e que se socorrem da «desestabilização política» para «desacreditar a democracia».

Tal acto, comunicado às autoridades policiais, revela igualmente — ainda na opinião daquela organização do PCP — o «acentuar do nervosismo e do desespero das forças de direita» que desde há algum tempo se vem notando.

Tomando posição sobre esta ocorrência, também a SIP do PCP divulgou uma nota na qual refere que o Partido «sempre tem denunciado e combatido todos os actos de terrorismo que, neste como noutros casos, servem apenas os interesses das forças reaccionárias, apostadas em pôr em causa a legalidade democrática e em justificar, precisamente a pretexto do terrorismo, a criação de novos instrumentos repressivos e a limitação anticonstitucional das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos».

No entender da SIP do PCP tais actos terroristas deverão igualmente merecer «uma investigação séria e rigorosa para apuramento dos *responsáveis*» bem como a «sua punição».

Entretanto, os camaradas das Caldas da Rainha fizeram-nos chegar um apelo dirigido a quantos queiram de algum modo ajudar a minorar os prejuízos verificados no Centro de Trabalho, estragos esses que, apesar de não serem muito grandes, ainda rondam as duas dezenas de contos.

Todos os contributos — e a organização local está convicta de que um elevado número de militantes, simpatizantes e amigos do Partido não deixará de responder ao apelo — deverão ser enviados para o Centro de Trabalho do PCP, Avenida Independência Nacional, 23, r/c, Caldas da Rainha.

Plenário dos Transportes hoje, no Vitória

O Organismo dos Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP leva a efeito, hoje, no Centro de Trabalho Vitória, um plenário de militantes do sector.

Com início previsto para as 18.30 horas, a reunião tem como objectivo analisar e discutir a situação política e social e as tarefas do Partido dela decorrentes.

Segundo informação chegada à nossa redacção o plenário abordará igualmente questões como a Festa do «Avante!», a campanha de reforço das células de empresa, a campanha de recrutamento e a campanha dos 60 mil contos para a compra do Vitória.

Juventude

JCP prepara o 2.º Congresso

A dinamização do debate em torno do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, que se realiza a 15 e 16 de Setembro em Sacavém, é a grande tarefa de momento para os jovens comunistas.

Neste quadro, e conforme oportunamente noticiámos, a JCP lançou um inquérito a todos os militantes e amigos sobre os seus aspectos orgânicos. Nestes documentos pode-se ler que «a participação da organização da JCP, de todos os seus militantes mas também de muitos jovens que o não são, num grande trabalho colectivo, é característica essencial do trabalho preparatório de um Congresso da Juventude Comunista Portuguesa e condição fundamental para o seu êxito».

É pois nesta base que se têm realizado numerosos debates abertos, reuniões e plenários, tendo como tema o Congresso de Dezembro. Mas o esforço de fazer chegar a discussão ao maior número de jovens possível passa também pelas diversas iniciativas de convívio que os jovens comunistas têm realizado ao longo deste mês de Agosto, como sejam os acapamentos, os piqueniques ou as jornadas de agitação nos locais de férias onde haja um número significativo de jovens.

A par do amplo debate em torno do Congresso, também a questão dos fundos para a sua realização não tem sido descurada pelos jovens comunistas.

Assim, vários materiais de fundos (como sejam notas de 100, 500, 1000 e 5000 escudos, com o símbolo do Congresso) foram editados centralmente.

Num primeiro balanço feito pela organização relativamente à campanha de fundos para o 2.º Congresso, constatou-se que tinham sido recolhidos cerca de cento e quarenta mil escudos.

Com o esforço desenvolvido na angariação de fundos e na participação da juventude na Festa do «Avante!», o trabalho preparatório do Congresso ressentiu-se um pouco, mas estamos certos que os jovens comunistas saberão suplantar as suas dificuldades e que se lançarão com força renovada na preparação do Congresso.

No Porto:

Juventude em luta pela pista de tartan

A Direcção da Organização Regional do Porto da JCP tornou público um comunicado onde se reafirma a exigência da construção de duma pista de *tartan* nesta cidade.

No comunicado, a DORP da JCP alerta os cerca de 500 mil jovens existentes no distrito para que reforcem a sua acção reivindicativa junto da Câmara Municipal e da população, uma vez que existe o perigo de que «deixem cair os braços, alimentando a ilusão de que a construção da pista já está assegurada»; e recorda que não seria a primeira vez, «e estamo-nos a lembrar da gestão de Coelho de Magalhães/AD de triste memória, que a construção da Pista de Tartan seria prometida, para logo depois ser esquecida».

A JCP sublinha que a actividade desportiva no distrito é intensa e que os jovens são os seus principais impulsionadores. Só no distrito do Porto existem mais de meia centena de clubes inscritos na Associação de Atletismo do Porto, que movem largas centenas de atletas, estando milhares de outros a praticar em clubes não federados.

Dirigente do PCP na Líbia

A convite do Congresso Nacional do Povo, encontra-se em Tripoli, capital da Jamahiriya Arabe Líbia Popular Socialista, Manuel Pedro, membro do Comité do PCP, que representa o PCP na Conferência Internacional que decorre naquela capital para assinalar as comemorações do XV Aniversário da Revolução Líbia.

PORTA-A-PORTA DE CORUCHE: UM ÊXITO!

No fim-de-semana passado, os camaradas de Coruche meteram-se ao caminho e foram bater à porta dos seus conterrâneos para lhes falar da Festa e para recolher géneros para o seu pavilhão.

Foram sete os porta-a-porta. Resultado final: cerca de 65 contos em dinheiro, 6 toneladas de batatas e 500 quilos de cebolas, além de outros produtos e materiais.

Quando esta notícia chegou à redacção do «Avante!», já a edição de «A Festa!» estava fechada. Aqui fica pois a notícia, que poderemos considerar de peso.

Internacional

A Europa e o belicismo dos EUA

Para um dossier PAZ

É necessário e possível regressar à situação anterior à instalação dos novos mísseis

Quais as razões que estão na origem da iniciativa americana de instalar os seus mísseis na Europa, a análise da nova situação assim criada e, finalmente, a necessidade e as possibilidades que existem para que se volte à anterior situação de equilíbrio, eis os temas nucleares do trabalho publicado nesta página. Damos assim continuidade ao contributo «Para um dossier Paz» iniciado na semana passada, recorde-se, com a recolha «As propostas dos países socialistas em defesa da paz ao longo dos anos», tal como o trabalho de hoje da autoria da Redacção do "Panorama DDR" (boletim informativo e de documentação que se edita na RDA).

Desde o início da instalação dos «Pershing 2» e dos «Cruise» em três Estados europeus ocidentais da NATO, em Novembro de 1983, que surgiu na Europa e à escala mundial, uma nova situação que é avaliada de formas diversas.

A análise da situação fabricada em Washington, pretende dar a impressão de que não terá acontecido nada de especial após o início da instalação. Também em relação às negociações americano-soviéticas de Genebra ninguém se deveria afinal preocupar, pois a URSS, apesar da instalação, mais tarde ou mais cedo voltará à mesa para discutir a limitação dos mísseis de médio alcance. Hipocritamente, fala-se dos fingidos esforços pela «retomada dos contactos».

O objectivo desta manobra é bem claro: a opinião pública deverá ser iludida quanto à gravidade da situação. Há que enfraquecer o movimento mundial pela paz, a quem se tenta impingir que «a meia dúzia de mísseis americanos» não precisam «de meter medo a ninguém». Resultado desta lógica **made in Washington**: pode-se continuar a instalar os mísseis sem que isso prejudique seja quem for.

Porém, a verdade é bem diferente. O Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros do Tratado de Varsóvia deu o seu parecer no comunicado da sua Sessão de 19/20 de Abril de 1984:

«A situação já por si tensa continuou a agravar-se com a instalação iniciada nalguns Estados da NATO de mísseis nucleares americanos de médio alcance. Anuncia-se uma nova fase particularmente perigosa da corrida aos armamentos nucleares no Continente Europeu.».

A nova situação revela-se, desde o início da instalação, no facto de desde Novembro de 1983 estarem a ser estacionadas armas americanas de primeiro golpe à porta da União Soviética e dos outros países socialistas com as quais se pode infligir em poucos minutos golpes de «decapitação» de surpresa contra os principais centros políticos e militares destes países.

Esta ameaça é agravada pelo estacionamento de novas armas americanas de primeiro golpe na Coreia do Sul, no Mar do Japão e no Índico que fecharão o «cerco» em volta da União Soviética. Esta agudização adicional da situação contribui também para que os «Cruise» instalados em Comiso, no sul de Itália, também possam infligir golpes atómicos de surpresa contra Estados no Norte de África e no Próximo Oriente.

Mas as dimensões do agravamento da situação são muito maiores:

- **Desde o início da instalação** que os EUA reforçaram nitidamente a sua política de confrontação em três direcções: contra os Estados socialistas em todo o mundo; contra os movimentos de libertação nacional e os Estados nacionais libertados na América Latina, na África e na Ásia; contra os trabalhadores nos países da NATO por meio dos cortes nas regalias sociais ditadas pelo superarmamento, e em especial o desemprego em massa.
- **Desde o início da instalação** que os EUA têm reforçado ainda mais, qualitativa e quantitativamente, a sua opção pelo armamento em grande escala a todos os níveis. Isso salta particularmente aos olhos no programa de militarização do espaço, no ensaio e colocação a toda a força de mísseis MX e na votação de meios financeiros para o desenvolvimento dos mísseis Trident II, que deverão entrar ao serviço a partir de fins de 1988.
- **Desde o início da instalação** que tem endurecido a posição dos EUA em todas as questões relativas aos acordos. Em Washington são apoiados mais do que nunca aqueles que acreditam que se poderia pressionar a URSS com uma antecipação no rearmamento.
- **Desde o início da instalação** que a Administração dos EUA tem sido cada vez mais drástica, armando-se em gendarme do mundo. Tudo indica que aqueles que se «saíram bem» no estacionamento dos primeiros «Pershing 2» e «Cruise» são de opinião que a «diplomacia» do sabre e da canhoneira poderia mudar em toda a parte a situação no interesse dos desígnios hegemonistas dos EUA. Os líderes do imperialismo americano agem como se lhes fosse dado o direito de decisão sobre os destinos dos povos e de domínio do mundo.

Em resumo, os círculos mais agressivos dos EUA e da NATO propõem-se fazer da «linguagem da instalação», quer dizer, da linguagem da ameaça, da ambição desmedida a uma supremacia militar, da linguagem do antidesanuviamento e de difamação anticomunista, expressão corrente de toda a sua política.

É, por isso, cada vez mais patente como a instalação das armas americanas de primeiro golpe na Europa influencia e agudiza ao extremo a situação internacional. Esta só se desanuviará **se os EUA e a NATO regressarem à situação anterior à instalação**. Que tal é necessário e que tal é possível – eis o que tentaremos mostrar a seguir.

1. Poderá a NATO deter a instalação e desmontar os mísseis já instalados na Europa?

Tenhamos presente para já e mais uma vez a situação do Outono de 1983, antes do início da instalação dos primeiros «Pershing 2» e «Cruise» em três Estados da Europa Ocidental. Do lado da NATO, na posse das potências nucleares EUA, Grã-Bretanha e França, encontravam-se as seguintes armas de médio alcance com um raio de acção de 1000 a 5000 km:

- 695 bombardeiros de médio alcance;
- 162 mísseis de médio alcance;
- 3056 ogivas nucleares que podem ser transportadas até ao alvo pelos vectores acima citados.

Do lado soviético havia o seguinte potencial:

- 465 bombardeiros de médio alcance (ou seja, 230 menos do que do lado da NATO);
- 473 mísseis de médio alcance (311 mais do que a NATO), mas em contrapartida somente;
- 2153 ogivas nucleares, o que representa aproximadamente uma diferença para menos de 1000 em relação à NATO e uma considerável desvantagem, visto ser de menos 1000 o número dos objectivos que poderiam ser alvejados.

No entanto, ao todo, as vantagens e as desvantagens anularam-se reciprocamente de tal modo que se podia falar com pleno direito dum equilíbrio militar aproximado. Este equilíbrio nas armas de médio alcance na Europa inseria-se no equilíbrio nas armas intercontinentais.

Neste ponto, antepõem-se aos cerca de 2300 sistemas de vectores dos EUA cerca de 2500 da URSS, e cerca de 13 000 ogivas nucleares estratégicas dos EUA aos pouco mais de 7000 da URSS. As vantagens dos EUA nos submarinos e cargas nucleares instaladas nos bombardeiros são contrabalançadas pelo excedente da URSS nos mísseis com base no solo.

Se a NATO se resolvesse, portanto, a deter a instalação dos novos mísseis americanos e a desmontar os «Pershing 2» e os «Cruise» já instalados e a transportá-los de regresso aos EUA, regressar-se-ia ao antigo equilíbrio do Outono do ano passado.

Este não existe agora dado que as extremamente perigosas armas americanas de primeiro golpe não podem ser somadas simplesmente às armas já existentes, visto terem implícito um tipo qualitativamente novo de ameaça estratégica à URSS.

Hoje terá de falar-se antes dum equilíbrio a um nível superior nos armamentos, na medida em que a URSS e os seus aliados não poderiam admitir que a NATO ficasse com supremacia. As contramedidas adoptadas pelos Estados do Tratado de Varsóvia asseguram o absolutamente necessário equilíbrio militar, mas – como se disse antes – a um nível superior que implica certas consequências. O ministro da Defesa da URSS e marechal da União Soviética Dmitri Ustinov afirmou a esse respeito numa entrevista à Tass em 20 de Maio de 1984:

> **«O número de ogivas nucleares de cada parte apontadas aos alvos da outra aumentou, o tempo de reacção de resposta a um ataque atómico ou a uma situação nuclear surgida sem intenção diminuiu, a confiança entre Estados está minada.».**

A diferença entre o equilíbrio actual e o anterior tem de ser visto no facto de o equilíbrio actual existir em condições resultantes de uma situação mais agudizada.

Por tal motivo, é mais que razoável regressar à situação antes da instalação dos «Pershing 2» e dos «Cruise». E também é viável para a NATO dar este passo, pois tal não ameaçaria de modo algum a sua segurança. A NATO não teria perante si uma URSS com superioridade militar.

Recorde-se muitas das afirmações de competentes ex-militares da NATO que confirmavam a existência de um equilíbrio militar antes do início da instalação e achavam injustificado ter de se responder aos «SS 20» com «Pershing 2» e «Cruise».

Também o antigo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros David Owen constatara em 1983:

> **«Nunca fomos de opinião de que os novos mísseis iriam contrabalançar os 'SS 20'.».**

Neste contexto, lembre-se uma vez mais que, no caso dos «SS 20», não se trata de nenhuma nova arma, se se pensar na sua importância estratégica. A sua introdução foi um acto normal de modernização de armas, segundo a qual os sistemas mais antiquados de uma arma são substituídos por outros modernos. Em virtude da substituição dos antigos «SS 4» e «SS 5» pelos «SS 20» diminuíra, além disso, o número dos mísseis soviéticos de médio alcance de 600 para 473. Menor ficou também a capacidade explosiva global dos mísseis através das cargas nucleares mais pequenas dos «SS 20». O seu raio de acção não se alterou.

Resumindo e concluindo: a instalação de novos mísseis americanos na Europa Ocidental nem reforça a segurança internacional nem a segurança daqueles países que passaram a correr o risco advindo duma tal instalação. Seja o que for que digam os líderes dos Estados Unidos: **Estes mísseis minam a segurança, com eles são exportados para a Europa Ocidental o militarismo, a hostilidade e a psicose da guerra.**

«E até para os próprios EUA», conforme disse Dmitri Ustinov na já mencionada entrevista à Tass, **«cresceu o perigo. Tudo isto é bem conhecido das personalidades dirigentes de Washington. Mas estas preferem silenciar as contramedidas da União Soviética tomadas em relação ao território dos EUA. Os círculos dirigentes dos EUA não querem dizer a verdade ao seu próprio povo: seriam demasiado notórias as consequências que o estacionamento de mísseis americanos de médio alcance na Europa e a política de confrontação praticada pela Administração Reagan traria para os próprios Estados Unidos».**

Por isso, ninguém que tenha seguido com olhos de ver com que intensidade e com que empenho foi levada a cabo a instalação dos mísseis acreditará seriamente que Washington possa aceitar voltar a retirar voluntariamente esses mísseis.

A opinião pública internacional apelou para uma coligação do bom-senso que afaste dos povos o perigo fatal do permanecimento das armas americanas de primeiro golpe na Europa Ocidental. A Europa tem de ficar sem os «Pershing 2» e os «Cruise».

2. Em que condições será possível o prosseguimento das negociações de Genebra e a anulação das contramedidas soviéticas?

Nas condições actuais são impossíveis para a URSS novas negociações sobre as armas de médio alcance na Europa. Porquê? Konstantin Tchernenko lançou, em entrevista ao jornal «Pravda» de 9 de Abril de 1984, a pergunta sobre o que é que então haveria mais para negociar:

> **«Talvez sobre quantos e quais os mísseis apontados para a URSS e os seus aliados que estão a ser estacionados pelos EUA na Europa? Tais negociações não nos servem.».**

Os apelos até à data dos EUA a um «diálogo sério e intenso» bem como «à disposição de caminhar metade do caminho em direcção ao outro em busca de acordo aceitável para ambas as partes» são meras palavras com que se pretende confundir a opinião pública. Na realidade, os líderes dos EUA procuram ditar à União Soviética condições para negociações inaceitáveis. Continuam a teimar nas suas conhecidas posições destrutivas que, conforme mostram experiências anteriores, têm intencionalmente em mira não se chegar a quaisquer negociações.

Pressuposto para a retomada de negociações sobre a redução de mísseis nucleares é a prontidão dos EUA em suspender a instalação de novos mísseis e de retirar os já instalados.

> **«É necessário»** afirmou Konstantin Tchernenko, num discurso em 4 de Junho em Moscovo, **«eliminar o perigo imediato para a paz surgido com o aparecimento de mísseis americanos sobre solo europeu. As pretensões à supremacia, que ainda hoje enevoam os cérebros dos políticos americanos, devem ser lançadas pela borda fora.»**

Caso a actual ou uma outra Administração americana se decidisse pelo termo da instalação e pela retirada dos mísseis já instalados, a URSS revogaria então juntamente com os seus aliados as suas contramedidas, o que aliás sempre tem sido declarado pela parte soviética.

Se então as delegações dos EUA e da URSS se sentassem de novo, em Genebra, à mesa de negociações, isso aconteceria em condições de total ausência de novas armas estratégicas dos EUA na Europa, ameaçando todo o continente. Até os próprios EUA só teriam a ganhar com isso, pois a URSS anularia obviamente também as suas contramedidas nos mares e oceanos que permitem atingir em pouco tempo o território dos Estados Unidos.

As negociações em Genebra voltariam então a ter sentido, dado que o termo da instalação e a liquidação dos já existentes «Pershing 2» e «Cruise» provariam que a parte americana teria de facto interesse numa saída razoável para as negociações. Há, por fim, que partir do princípio de que uma tal actuação, com o retorno à situação antiga, só terá lugar se em Washington se começar a repensar o problema no sentido de uma análise realista da situação e das próprias possibilidades militares.

Um tal repensar, mesmo que fosse apenas com princípios modestos, teria naturalmente efeitos favoráveis sobre o próprio clima das negociações. Poder-se-ia então esperar que os delegados dos EUA às negociações trariam plenos poderes para preparar um acordo que salvaguardasse os princípios de igualdade e de segurança igual. A União Soviética sempre desclarou que é a favor de negociações honestas, igualitárias e construtivas.

Já houve tais possibilidades com diversos governos americanos — em 1972 com a Administração Nixon (SALT I) e em 1979 com a administração Carter (SALT II). Porque é que isso não voltaria a ser possível? A URSS nunca se afastou da sua política orientada para a paz e o desarmamento.

Um regresso às posições realistas de outrora dos EUA — o fim da instalação e a desmontagem dos «Pershing 2» e «Cruise» seriam para isso um sinal fundamental — iria favorecer o processo global da suspensão da corrida armamentista, da redução dos armamentos e do desarmamento.

3. Que efeitos teria a desmontagem dos mísseis americanos sobre a situação internacional?

O rumo superarmamentista tomado agora pelos EUA, de que é expressão eloquente a instalação de armas de primeiro golpe à porta da União Soviética, faz crescer de mês para mês o gelo da desconfiança. Mais do que justificada é a pergunta — que passos aventureiristas a Administração Reagan ainda irá dar para conquistar a supremacia militar? Já hoje não há praticamente nenhum domínio do armamento que escape a Washington. Os Estados socialistas vêem-se, no interesse da sua defesa, sempre de novo forçados a contramedidas adequadas. A corrida aos armamentos, com as suas consequências sociais e de ameaça para a paz, continua a ser acelerada.

Por exemplo, ninguém mais na Europa no sector da NATO pode dizer se se vai ficar pelas 572 armas americanas de primeiro golpe na Europa. Já se multiplicam os indícios de que os EUA querem trazer para a Europa Ocidental muitos mais «Pershing 2— e «Cruise» do que prevê a resolução da NATO de 12 de Dezembro de 1979. Tal deduz-se de documentos secretos do Pentágono mencionando números muito mais elevados quanto à aquisição de novas armas de médio alcance.

Recentemente, o jornal italiano «Unità» noticiou, reportando-se a círculos próximos da NATO, que na base dos EUA de Comiso, na Sicília, não vão ser instalados 112, como foi anunciado, mas sim 140 «Cruise». Isso corrobora a suspeita de que, por conseguinte, vão ser estacionados na Europa não 572 armas americanas de primeiro golpe, mas sim pelo menos 688. Esta intenção do Pentágono é confirmada também por uma entrevista da revista ilustrada de Hamburgo «Stern» (N.º 22/1984) com o subsecretário de Estado do Ministério americano de Defesa, Richard Perle, em que este afirmava «que o número 572 não representa nenhuma fronteira inviolável».

O primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS e ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromiko, dedicou na sua declaração de princípios na Conferência de Estocolmo as seguintes reflexões ao problema da desconfiança crescente:

> **«Muitos problemas que deficultam no momento a situação no Continente Europeu poderiam ser solucionados com muito mais êxito se se lograsse romper o gelo da desconfiança e dar início a uma redução efectiva dos armamentos e ao desarmamento. O que é preciso para isso?**
>
> **É preciso sanar o clima político e que todos os Estados se convençam da verdade de que não se poderá conseguir uma confiança duradoura enquanto continuarem as «cruzadas» sem sentido, enquanto forem apostas a países e povos inteiros etiquetas que só revelam ignorância. Poder-se-á falar de confiança e ao mesmo tempo desenvolver concepções que propagam a guerra nuclear?**

Não se pode realmente falar de confiança ou dum clima político normal enquanto os EUA instalarem mísseis com os quais pretendem «decapitar» a URSS em poucos minutos.

Mas, invertendo os factos, precisamente o regresso à situação anterior ao início da instalação, poderia ser expressão eloquente de que os EUA pretendem contribuir para ser de novo sanado o clima político, para ser consolidada a confiança mútua — um atestado que ainda estão a dever à opinião pública internacional.

Declarações palavrosas sobre a vontade de paz e a disposição de negociar são inúteis enquanto não se passar aos actos. Também os EUA têm, como Estado signatário da Acta Final de Helsínquia, a responsabilidade de não fazer perigar o que foi alcançado com tanto esforço e de não recear passos corajosos em prol duma política de paz e de desanuviamento.

Numa Europa sem «Pershing 2» e «Cruise» é muito mais fácil prosseguir o diálogo com todas as forças da razão e aproveitar todas as possibilidades para a suspensão de corrida aos armamentos, para a limitação dos armamentos e o desarmamento.

Os Estados do Tratado de Varsóvia empenham-se, conforme asseveraram na Declaração de Praga de Janeiro de 1983 e na Declaração de Moscovo dos representantes máximos dos países socialistas, de Junho de 1983, no sentido de diminuir a confrontação militar e de tornar de novo normais as relações entre os Estados.

Disso fazem parte medidas tais como uma renúncia, obrigatória à luz do direito internacional, ao primeiro emprego de armas nucleares por parte de todos os Estados detentores dessas armas, bem como um tratado de renúncia mútua ao uso de força militar e de manutenção de relações pacíficas. O apelo dirigido em 7 de Maio de 1984 pelos Estados do Tratado de Varsóvia aos Estados membros da NATO, para se entrar em nova discussão da correspondente proposta de tratado, através de consultas multilaterais, documenta mais uma vez a disposição dos Estados socialistas em dar passos notórios para sanar a situação internacional.

Também o congelamento dos arsenais de armas nucleares, a criação de zonas desnuclearizadas ou de corredores em diversas partes da Europa, a libertação da Europa de armas químicas, o congelamento e a redução dos orçamentos militares de todos os Estados participantes, bem como a complementação e a ampliação das medidas de confiança, com o objectivo de reduzir as actividades militares dos Estados e de diminuir o perigo dum ataque de surpresa, poderiam aliviar o clima internacional e minorar a confrontação.

É igualmente mais que evidente a utilidade que isso teria para a consolidação das relações económicas Leste-Oeste.

Não se sentiu já durante o período de instalação na Europa Ocidental dos mísseis uma pressão crescente da Administração americana no sentido de impedir aos países parceiros europeus negócios económicos de vantagem mútua? Não tem a administração americana sempre tomado como pretexto a instalação dos mísseis da NATO para obrigar os aliados a juntarem-se à política de confrontação dos EUA e de «sanções» contra a URSS? Por trás disso estava naturalmente também a intenção de desfavorecer os concorrentes oeste-europeus. Estes deveriam prescindir das vantagens que retiram do comércio com o Leste.

Uma renúncia à instalação conduziria com toda a probabilidade a um maior realismo no juízo sobre as «sanções» da administração Reagan. Agora há já 250 firmas americanas que oferecem resistência à política de bloqueio da administração Reagan. É que baixam as receitas da indústria e da agricultura dos EUA resultantes do comércio com a URSS, enquanto a percentagem da Europa Ocidental no comércio da URSS com Estados capitalistas subiu de 79% em 1982 para 82% em 1983. Também no comércio com outros Estados socialistas há a registar taxas de crescimento.

4. Porque é que os EUA têm vindo a instalar por todos os meios os seus mísseis na Europa?

A esse respeito há a constatar duas coisas:

- Se a Administração Reagan continua empenhada na instalação a toda a força de novos mísseis americanos de médio alcance, isso acontece sobretudo porque a instalação é vista como componente indispensável da criação dum potencial estratégico superior. No relatório anual do Pentágono para o ano financeiro de 1984, consta: **«O Pershing 2 tem a capacidade efectiva de destruir alvos temporalmente urgentes».**

Alvos temporalmente urgentes deverão então ser destruídos com o engenho voador supersónico «Pershing 2» e a sua carga atómica, em golpes de surpresa! Em 1982 foram construídos 21 destes mísseis, em 1983 eram já pelo menos 91, em 1984 deverão acrescentar-se 95 e em 1985 seguir-se-ão mais 104. Ao todo são 311 «Pershing 2». Quem produz tão precipitadamente e sem olhar a meios quer instalar e nada mais que instalar.

- Além disso, a Administração Reagan não está interessada de forma alguma num acordo que conduzisse a um verdadeiro abaixamento paritário dos potenciais militares.

O que ela quer é aumentar, forçar ainda mais a construção do seu potencial estratégico. Por isso, é boicotado tudo aquilo que possa obstar a estes desígnios. Do que ela gostava era de despertar nos cidadãos dos Estados europeus aliados da NATO a impressão de que os EUA estão dispostos a negociar e de recolher da própria população votos para as próximas eleições presidenciais.

Tal ficou claro no discurso de Reagan no parlamento irlandês em Dublin, em 4 de Junho de 1984, em que constatou a «disposição dos EUA» de discutir sobre o princípio do não-uso da força na Europa. Não lhe bastou colocar aí à União Soviética uma série de condições prévias, achara que um tal acordo deveria ainda excluir as armas nucleares. Mas é aqui precisamente que está o busílis. É que a estratégia dos EUA aposta justamente nas armas nucleares de primeiro golpe, na conquista de superioridade militar através da instalação de novos sistemas de mísseis nucleares, como os «Pershing 2» e os «Cruise» na Europa Ocidental. Face a tais factos, até a sociedade americana de televisão CBS teve de admitir:

«O discurso de Reagan foi preparado até ao mínimo pormenor para atenuar a ideia que se tem na Europa sobre ele de que seria uma pessoa sempre pronta a pôr o dedo no gatilho.».

5. Poderão os povos fazer impor a sua vontade?

Por mais que a situação seja preocupante, ela não é irreversível. Em poderosas acções, os povos da Europa e doutros continentes exortam a Administração de Washington a deter a instalação dos «Pershing 2» e «Cruise» e a regressar à situação de antes do início da instalação das novas armas americanas de primeiro golpe.

A propósito da atitude da RDA na luta à escala mundial para impedir o cataclismo nuclear que nos ameaça, por uma vida em segurança e em paz para os povos, o secretário-geral do Comité Central do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA, Erich Honecker, referiu na edição de Abril de 1984 do «West-Ost-Journal», de Viena:

> **«Estamos firmemente convictos de que se conseguirão debelar as nuvens negras do perigo de guerra que hoje pairam sobre o mundo e enchem os povos de inquietação. Mais armas não implicam mais segurança. Intervimos consequentemente a favor dum equilíbrio a um nível cada vez mais baixo de armas, e do desarmamento no Leste e no Oeste. Tanto nós como a União Soviética e os outros países irmãos estamos dispostos a tomar medidas nesse sentido, por mais radicais que sejam.**
>
> **Na Conferência de Estocolmo sobre o desarmamento, a RDA dá o seu contributo activo e construtivo totalmente dentro deste espírito. Ela saúda também a retomada das negociações de Viena. Tudo isto é, sem querer sobrevalorizar as coisas, uma prova importante e encorajante para o bomsenso, para a vitalidade das ideias duma coexistência e duma convivência em paz dos povos.».**

Os povos poderão fazer valer a sua vontade e consegui-lo-ão.

Internacional

Reagan: candidato contra a Paz

Uma convenção diabólica aprova plataforma de guerra

Reagan fez soar o tiro de partida da sua própria campanha eleitoral não desmentindo a política que tem vindo a apadrinhar e a dirigir na Casa Branca. Com efeito, um balanço mesmo sumário do que têm sido os últimos anos desta administração americana é digno da «plataforma» aprovada em Dallas, na convenção republicana que o escolheu de novo como candidato daquele partido às presidenciais de Novembro. Numa cidade que foi cenário do assassínio de um Presidente porventura malquisto da CIA — Kennedy —, o actual presidente e novo candidato começa a corrida para a manutenção do lugar embrulhado num documento que é como a confirmação da «bricandeira» que fez escândalo no mundo, há poucas semanas — a célebre piada da gravação de um teste de voz em que Reagan «se descoseu» mostrando a vontade de acabar com o planeta, começando obviamente, por «varrer do mapa» a União Soviética»...

A guerra como programa

De facto, a plataforma programática que o Partido Republicano aprovou recentemente em Dallas para a reeleição de Reagan é, além de uma cartilha de anticomunismo primário, uma aposta no belicismo. Estas são as linhas dominantes do documento — cerca de metade da plataforma é dedicada à política externa, avultando a «segurança nacional» na análise e nas propostas que avança, baseando-as na necessidade de aumentar o poderio militar americano a fim de preparar os EUA para enfrentar a «ameaça soviética»...

O anticomunismo e o anti-soviétismo surgem, de resto, como justificação para as políticas a seguir pelos Estados Unidos no que respeita a outras regiões do globo e a zonas de conflito — seja na América Central, seja em África, seja no Médio Oriente. Quanto à Europa, a plataforma considera que a instalação dos novos mísseis nucleares em alguns países da NATO como uma «vitória de Reagan e dos seus amigos europeus».

Não é esta, porém, a análise que fazem os seus adversários políticos nos próprios Estados Unidos. Enquanto Jimmy Carter — que também ocupou a Casa Branca e não deixou saudades — acusa Reagan de enfraquecer a NATO, de piorar as relações com a URSS e de transformar a America Central em problema mais grave que o Líbano, sublinhando que o actual presidente não conseguiu um único êxito em política externa, a imprensa e a opinião pública dos EUA não vêem com bons olhos a plataforma de Dallas.

As críticas de Carter, embora contundentes, não provêm de uma filosofia muito diferente da de Ronald Reagan. Com efeito, o ex-presidente e produtor de amendoim, se mostra temer as consequências desastrosas da «escalada» e da política de confrontação, não apresenta alternativas fora do quadro da confrontação... controlada.

«Pela primeira vez desde a época de Eisenhower», disse Carter em entrevista recentemente publicada, «não temos progredido no controlo dos armamentos, existe um sério confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética e temos enfraquecido a NATO, uma vez que os nossos aliados estão preocupados com as atitudes de Reagan».

Mas Carter afirmou por outro lado que os EUA sofreram «uma vergonhosa derrota no Líbano» , que não houve nenhuma iniciativa americana no Médio-Oriente e que o «problema da América Central é potencialmente mais grave». É um convite velado a que a nova administração dedique mais atenção — e mais força? — aos «perigos» de independência e de liberdade que brotam em países dominados directamente pelo imperialismo norte-americano.

Walter Mondale, que foi vice-presidente quando da administração Carter, acusado pelo actual presidente de «ter enfraquecido a América», acusa o seu rival às próximas eleições de ser como os polvos que «se defendem lançando um líquido que escurece tanto a água que impede os seus inimigos de os verem». Estas acusações parece quererem afirmar que Reagan pretende distrair o povo americano com as «ameaças externas» quando se não resolvem os graves problemas económicos internos (segundo Mondale, a estratégia económica de Reagan não passa «de mais um boa maneira de fazer andar os iates», favorecendo os ricos). Mas, quanto aos problemas da «segurança», é o actual presidente quem revela a oposição do partido Democrático à construção dos novos mísseis MX e do bombardeiro B-1 e o apoio de Mondale ao congelamento dos armamentos nucleares de acordo com a URSS.

A imaginação diabólica

Sabe-se o valor que têm os Estados Unidos — como em muitos países capitalistas — as declarações e as promessas de campanha eleitoral e mesmo as diferenças que separam os partidos burgueses. As diferenças são poucas e as declarações são para esquecer. O que é de reter, nesta campanha que começa, é o vigor com que surge o protesto, a nível da opinião pública e da imprensa, contra os desígnios belicistas de Reagan que colocam o mundo à beira da catástrofe.

A plataforma de Dallas foi apelidada de «bíblia doutrinária da nova direita» pelo jornal norte-americano «The Philadelfia Enquire», enquanto o «New York Times» chamava a atenção para o facto de a administração Reagan ter tornado «os pobres mais pobres e os ricos mais ricos».

Na sequência da convenção de Dallas estalaram uma série de manifestações em várias grandes cidades dos EUA — em New York, em Washington e mesmo na capital texana, onde a polícia fez uma centena de prisões entre os manifestantes que se apresentaram com dísticos em que Reagan era apelidado de «Maníaco nuclear» e nos quais se protestava contra as ingerências norte-americanas em El Salvador. Comícios tiveram lugar junto de empresas ligadas à produção militar e ao fabrico de armamentos e junto ao Centro onde se realizou a convenção republicana. Em New York, no bairro negro de Harlem, realizaram-se concentrações protestando contra as verbas destinadas ao armamento enquanto se procede a cortes nos orçamentos de assistência social. Na capital dos EUA, a organização de mulheres norte-americanas NOW promoveu uma jornada de protesto contra as medidas discriminatórias em relação às mulheres e contra as medidas da administração Reagan que colocaram mais de dois milhões e meio de americanos abaixo do «nível de miséria».

Mas foi na União Soviética que se tiraram as ilações mais consequentes da «plataforma» de Dallas. O «Pravda», mesmo antes de tal documento haver sido aprovado num «show» a preceito, desmascarava as intenções agressivas do programa republicano, que acusava de prever «abertamente implantar o domínio mundial dos EUA, agredir os países socialistas, reprimir os movimentos de libertação nacional e subjugar todos os países aos Estados Unidos.

Tal documento, acrescenta o artigo do «Pravda», «ameaça inequivocamente as Nações Unidas e as organizações internacionais ligadas à ONU, coloca a força das armas na base da política dos EUA.»

Por seu lado, a TASS reagia às afirmações proferidas na mesma altura por Reagan de que os EUA não aceitavam o «statu quo» europeu do pós-guerra saído da conferência de Yalta, em 1945, entre a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha, advertindo que «ninguém, nem mesmo a Casa Branca, conseguirá pôr em dúvida as decisões da conferência da Cimeira e a Acta Final da Conferência de Helsínquia de 1975».

Entretanto, o «Izvestia» classificava a plataforma de «catecismo do hegemonismo e terrorismo internacional», afirmando que tal documento aparece como uma confirmação da política da corrida às armas.

Alguns dias passados sobre um discurso de Viktor Israelian, chefe da delegação soviética à Conferência de Genebra sobre o desarmamento — que declarou que os EUA se opõem ao exame concreto da questão da proibição total e universal dos ensaios com armas nucleares —, um novo passo foi dado pelas autoridades norte-americanas no sentido da provocação e da guerra.

Sob a forma, desta vez, de uma recomendação dos EUA aos seus aliados da NATO para que instalem nas fronteiras destes com os países socialistas um novo dispositivo. Trata-se de uma rede de canalizações que viriam a ser enchidas com líquidos explosivos.

É mais um passo na escalada que, ao que certa imprensa revela, apenas recolheu um parecer favorável por parte de Thatcher, na Grã-Bretanha (que não tem fronteiras com os países socialistas, tal como os Estados Unidos).

Reagan não aguarda a sua reeleição para dar novos passos em direcção à guerra. Vai cumprindo algumas das suas promessas — aquelas que merecem a oposição dos seus próprios concidadãos. Nesses passos revela grande poder de imaginação. Que o «Pravda» classifica como «imaginação diabólica».

EL SALVADOR

A «ajuda» dos amigos de Napoleon

Cerca de 70 milhões de dólares foi a quantia que os Estados Unidos decidiram recentemente empregar na «ajuda» militar ao governo de Napoleón Duarte, instalado em El Salvador. Adiantando-se a declarações do governo fantoche salvadorenho, porta-vozes da administração Reagan declararam que estes 70 milhões serão investidos na aquisição de 10 novos helicópteros equipados com artilharia, de fabrico norte-americano, em instrumentos e equipamento bélico para o treino das forças regulares do exército fantoche por assessores norte-americanos.

Simultaneamente, sectores direitistas dos Estados Unidos e de El Salvador saudaram com entusiasmo esta nova acção agressiva da administração Reagan. Em El Salvador, os grandes agrários, os produtores de café e algodão, os grandes comerciantes celebraram esta nova «ajuda» que, segundo eles, fortalecerá as suas desmoralizadas forças armadas.

Por outro lado, o povo, as organizações populares, democráticas, humanitárias, associativas, intelectuais, universidades, assim como personalidades da Igreja católica, manifestaram o seu protesto pela nova «ajuda» militar dos Estados Unidos. Mesmo nos próprios EUA, organizações e personalidades progressistas declararam que a «ajuda» não se destina a resolver o conflito salvadorenho, mas sim a aprofundá-lo.

A FMLN tem repetidamente afirmado que a «ajuda» militar norte-americana à ditadura salvadorenha faz parte dos planos de agressão e dos preparativos de uma futura intervenção directa em El Salvador. O único destino dessa «ajuda» é apenas o de incrementar o genocídio que desde há anos vitima o povo salvadorenho. A FMLN mantém como princípio a recusa de toda a «ajuda» militar, pois que a mesma se traduz em mais destruição e morte e em mais sofrimentos para o povo.

Com 70 milhões de dólares poder-se-ia custear na totalidade as despesas da Universidade de El Salvador durante três anos, construir e equipar mais de 30 institutos de educação média, construir e equipar um hospital moderno em cada um dos catorze departamentos do país, resolver problemas de financiamento que levassem os pequenos e médios agricultores e comerciantes a criar novos postos de trabalho para os milhares de trabalhadores desempregados. Com 70 milhões de dólares, o povo salvadorenho poderia resolver parte dos problemas habitacionais, de saúde, de educação.

No entanto, estes 70 milhões de dólares de Reagan servirão para lançar bombas sobre povoações onde habitam crianças, mulheres e velhos.

O desenvolvimento da guerra vem demonstrando que, por mais «ajuda» com que os Estados Unidos brindem a ditadura salvadorenha, esta manifesta-se incapaz de vencer o povo dirigido pela FMLN-FDR, que dia-a-dia trava as batalhas que o encaminham para a total libertação.

Poderão chegar ao país mais helicópteros, mais aviões, mais canhões, munições e outros equipamentos de guerra norte-americanos, que a resposta permanente de milhares de combatentes, de trabalhadores, será a de desenvolver a sua acção e a sua luta pelo derrubamento da ditadura.

Perante os actos belicosos de Ronald Reagan e dos seus lacaios, a FMLN continua a afirmar que, para que se inicie uma solução para o conflito, é necessário começar um processo de diálogo-negociação. Esta posição, não expressa apenas o sentir de milhões de salvadorenhos mas também de outros povos que exigem uma pronta solução para a situação da qual são responsáveis o imperialismo norte-americano e os seus aliados incondicionais.

Sindicatos, organizações de pequenos e médios comerciantes e industriais, universitários, grupos religiosos continuam a exigir o fim da ingerência norte-americana no país e a necessidade de procurar uma solução para o conflito que responda aos interesses populares e não aos interesses dos grupos belicistas norte-americanos nem a uma minoria de salvadorenhos que tradicionalmente têm submetido o povo à exploração e à miséria.

Dores de cabeça para Thatcher

O governo da Grã-Bretanha, que tem à sua frente uma «Dama de Ferro» disposta a ir aos limites da guerra nuclear para impor a sua política externa que segue de perto a de Reagan e, internamente, prefere a repressão ao diálogo, encontra-se cada vez mais isolado, tanto no país como no estrangeiro. No plano interno, a convocada greve dos portuários britânicos e, externamente) o recrudescimento das manifestações antibritânicas na Irlanda dão que pensar à senhora Thatcher e aos seus seguidores.

A decisão dos sindicatos dos trabalhadores portuários de convocar uma greve nacional acabou por afectar quase todos os portos britânicos — havendo paralisado 11 dos 12 portos da Escócia. A greve foi decidida como protesto pela actuação da confederação do aço que pretendeu quebrar o bloqueio sindical às descargas de carvão utilizando trabalhadores não sindicalizados. Após haverem realizado há algumas semanas uma greve de solidariedade para com os mineiros paralisados há cinco meses, os portuários decidiram boicotar as descargas de carvão. A solidariedade impõe-se de novo contra os desígnios do governo britânico, cada vez mais contestado.

A contestação também sobe de tom no que diz respeito à política seguida em relação à Irlanda do Norte. O dirigente trabalhista Neil Kinnock exigiu a semana passada que fosse realizado um inquérito sobre a decisão governamental de impedir a entrada na Irlanda do Norte de um norte-americano, dirigente de uma organização de apoio à reunificação da Irlanda. Esse dirigente, Galvin, que interveio durante uma manifestação em Belfast, em 12 de Agosto, violentamente reprimida pela polícia que tencionava prender Galvin, causando um morto, afirmou que na Irlanda do Norte «os verdadeiros terroristas são os britânicos».

A política repressiva não produz porém outros frutos que não sejam os do recrudescimento da violência. Após as cargas policiais sobre as manifestações que se seguiram à de 12 de Agosto, vários atentados se registaram contra as forças policiais e militares britânicas.

Chade: a França veio para ficar

As tropas francesas permanecerão no Chade tanto tempo quanto Paris o achar necessário, segundo se depreende de uma declaração feita por Charles Hernu, ministro francês da Defesa, ao falar numa conferência de Imprensa na capital francesa destinada a assinalar o 1.º aniversário da intervenção francesa naquele país.

Hernu justificou a presença francesa com a afirmação de que as tropas francesas foram introduzidas no Chade para o «estabelecimento da ordem».

Ao mesmo tempo, o ministro reconheceu que o contingente francês está pronto a iniciar, a qualquer momento, operações militares activas. «Todos aqueles que se aproximarem, já não digo atravessarem, o paralelo-16 — declarou o ministro — serão atacados pelas forças francesas».

As unidades militares francesas da «força da acção rápida» encontram-se no Chade desde o Verão de 1983 no quadro da operação «Manta», com o objectivo de salvar o regime de Hissene Habre da derrota definitiva.

Embora Paris tenha prometido retirar, logo após a invasão, o seu corpo militar formado por quatro mil homens, o certo é que metade do território chadiano continua a estar ocupado pelas tropas francesas.

Os EUA, a URSS e o espaço

Fez no passado dia 19 um ano que a União Soviética apresentou à 38.ª sessão da Assembleia-Geral da ONU um projecto de acordo proibindo o emprego da força no espaço e dele para a terra, que recebeu a aprovação de 147 Estados.

As medidas avançadas pretendiam dar uma continuação natural aos esforços que conduziram, na época do desanuviamento internacional, à celebração de vários acordos, mas até hoje não surgiu qualquer proibição clara de instalar armas em engenhos cósmicos ou no espaço, salvo «armas de extermínio em massa».

Os soviéticos têm sublinhado insistentemente a inutilidade de se iniciar semelhante corrida. Um académico soviético, Boris Rauchenbak, referia recentemente que a produção de armas «laser», técnica e materialmente muito custosas, acabaria por revelar-se inútil, na medida em que a potência adversária estaria sempre em condições de, a custos inclusive mais baixos, anular o primeiro sistema.

Os EUA iniciaram o aproveitamento do espaço com fins militares na década de 60, ao instalar dois sistemas anti-satélite terrestres. A militarização do espaço conheceu novo impulso com a actual administração quando, em Julho de 1982, Ronald Reagan assinou a directiva presidencial sobre a exploração e aproveitamento do espaço, em que se atribui primordial importância aos programas militares, destinando-lhes 9 mil milhões de dólares só no corrente exercício financeiro.

Os sistemas anti-satélite só fazem sentido para quem queira desencadear uma guerra, «cegando» previamente o inimigo. Se um satélite, destinado a vigiar lançamentos de mísseis balísticos, deixar de fornecer informações, será possível supor que o fenómeno tenha sido provocado ou por razões técnicas ou por um ataque inimigo. Se for descoberto que teria sido utilizado um sistema anti-satélite, a conclusão só poderá ser uma: o inimigo prepara-se para um ataque de mísseis balísticos.

Etiópia desmente Sudão

Goshu Wolde, ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, rejeitou categoricamente as acusações de que o seu país estivesse a prestar assistência aos rebeldes do sul do Sudão, durante uma conferência de imprensa realizada na capital do seu país.

Wolde disse que as acusações traduzem a incapacidade do governo de Nimeiri em esmagar a rebelião. Ao mesmo tempo, acrescentou, as autoridades sudanesas continuam a ingerir-se nos assuntos internos da Etiópia, coordenando a assistência material e financeira concedida pelos regimes reaccionários árabes aos separatistas etíopes e abrigando os seus chefes no Sudão.

A Etiópia manifesta-se, como dantes, pela manutenção das relações de boa-vizinhança com o Sudão — acentuou Goshu Wolde, que imputou ao regime de Khartum o malogro das tentativas de normalização de relações entre os dois países.

Grécia diz não à NATO

Foi anunciado oficialmente em Atenas que a Grécia, ao contrário do que estava previsto, não participará nas manobras militares greco-americanas «Zeus» que deviam decorrer de 1 a 16 de Setembro na região de Naoussa (Macedónia), nem nos exercícios da NATO «Display Determination» marcadas entre 17 de Setembro e 22 de Outubro para a Itália e para a Turquia.

A decisão inscreve-se, num caso como noutro, na discordância do governo grego perante a atitude americana e da NATO de tratar em pé de igualdade a Grécia e o regime fascizante turco, além do mais acusado por Atenas de pretensões hegemonistas.

A Grécia tem-se oposto ao projecto da NATO de criar dois comandos na região, um em Larissa (Grécia central) e outro em Esmirna (costa oeste da Turquia), os quais partilhariam o controlo aéreo do Mar Egeu, dado que isso, na perspectiva de Atenas, significaria proporcionar à Turquia uma parte do controlo das ilhas gregas.

RFA: vivam os direitos humanos!

Segundo notícias vindas a lume na imprensa alemã, o Ministério dos Correios está a tentar afastar dos seus quadros todos os funcionários que militam no Partido Comunista Alemão, dando assim continuidade a uma prática governamental, conhecida por «interdições profissionais», inaugurada já há mais de dez anos pelos sociais democratas e liberais, então no poder na RFA.

A intenão é impedir que os comunistas ocupem qualquer lugar na Função Pública, não obstante o Partido Comunista Alemão (DKP) ter existência legal. Trata-se de uma prática eminentemente democrática e bem reveladora do que são os direitos humanos nos países capitalistas, inspirada numa boa e legítima fonte: os Estados Unidos, onde o «Maccarthysmo», também conhecido por «caça às bruxas», foi o que se sabe.

A notícia sobre o zelo anticomunista do Ministério dos Correios surge numa altura em que o Partido Ecologista «Os Verdes», que detém representação parlamentar, prepara uma interpelação ao governo precisamente sobre as «interdições profissionais».

L. Pauling contra a militarização do espaço

O cientista americano Linus Pauling, duas vezes galardoado com o «Prémio Nobel», afirmou ao jornal alemão-federal «Unzere Zeit» que é preciso fazer todos os possiveis para impedir a militarização do espaço cósmico.

O cosmos deve permanecer pacífico, acentuou o eminente cientista.

O professor Linus Pauling disse ainda que a corrida aos armamentos ameaça, cada vez mais gravemente, com o extermínio da vida na terra.

Uma vez gastos muitos milhares de milhões de dólares com novos sistemas de armas, muito difícil será cessar a militarização do cosmos, concluiu o cientista americano.

Isolamento dos EUA

Está a decorrer desde o passado dia 8 e prolongar-se-á até ao próximo dia 5 de Setembro, em Genebra, uma sessão ordinária do Comité Preparatório para a autoridade internacional dos fundos marinhos e do tribunal internacional de direito marítimo, com o objectivo de preparar a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar.

Concluída em 1982 após dez anos de trabalhos, a Convenção tem já a assinatura de 134 Estados, com a excepção importante dos Estados Unidos.

O documento estabelece um enquadramento jurídico universal para os mares, regulamentando todas as formas de actividade no oceano mundial, no espaço aéreo correspondente e no fundo marítimo.

Os Estados Unidos, que em Julho passado proclamaram o 2.º semestre de 84 e o 1.º semestre de 85 como «Ano do oceano mundial», recusaram-se a participar nos trabalhos do Comité preparatório, tal como se tinham recusado a assinar a Convenção, uma vez que esta impõe certas restrições à exploração industrial dos recursos minerais situados a grande profundidade.